

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**ALEXSANDER COSTA**

**A ANÁLISE DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU SOBRE O PROJETO DE PAZ  
PERPETUA DO ABADE DE SAINT-PIERRE**

**Uberlândia**  
**2015**

**ALEXSANDER COSTA**

**A ANÁLISE DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU SOBRE O PROJETO DE PAZ  
PERPETUA DO ABADE DE SAINT-PIERRE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós –  
Graduação em Filosofia – Curso de Mestrado em Ética e Política da  
Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre em Ética e Política.

Área de concentração: Filosofia

Linha de Pesquisa: Ética e Política

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior

**Uberlândia  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

C837a Costa, Alexsander, 1981-  
2015 A análise de Jean-Jacques Rousseau sobre o Projeto de Paz perpetua  
do abade de Saint-Pierre / Alexsander Costa. - 2015.  
76 f. : il.

Orientador: José Benedito de Almeida Júnior.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia.  
Inclui bibliografia.

1. Filosofia - Teses. 2. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778 - Teses.  
3. Saint-Pierre, Charles Irénée Castel de, 1658-1743 - Teses. 4. Paz  
(Filosofia) - Teses. 5. Europa - Teses. 6. Guerra - Teses. I. Almeida  
Júnior, José Benedito de, 1965. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU: 1

---

À minha família, em especial a minha mãe, minha avó, meu irmão e minha esposa, que estão sempre ao meu lado em todos os momentos.

|

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me amparar nos momento difíceis, por inspirar meus pensamentos e guiar a minha caminhada;

Sou grato ao Professor Dr. José Benedito de Almeida Júnior, pela paciência, apoio e sobretudo, por me oportunizar novos conhecimentos;

Agradeço especialmente a minha mãe, Sônia Aparecida Costa, que dedicou inteiramente sua vida, renunciado sonhos, para que, muitas vezes, os meus pudessem se concretizar e consequentemente, contribuindo para formação da pessoa que sou hoje;

Igualmente importante, agradeço à minha avó, Maria Oracilda de Oliveira Costa, pelo apoio incondicional;

Não poderia deixar de mencionar o meu irmão, Marcel Costa, que sempre me serviu como exemplo de força e dedicação;

À minha esposa, Lilian Lima Maciel, pela compreensão e incentivo dedicados ao longo dessa jornada, fatores essenciais que me deram forças para continuar seguindo;

A todos os familiares, tias, tios, primos, sobrinhos e cunhados. Por me incentivarem e acreditarem em mim;

Foram muitos os amigos que me dedicaram palavras de incentivo, mas quero registrar meus sinceros agradecimentos a Alessandra, Flávia, Homero, Ivana, Marco, Rogério e Osvaldo;

*A guerra não é uma relação entre indivíduos, mas entre Estados, que só por acidente faz com que pessoas se tornem inimigas, menos como cidadãos do que na condição de soldados (ROUSSEAU, 2003, p.66).*

## RESUMO

As inúmeras teorias políticas do período moderno se comprometiam com a reestruturação sócio-político-econômica dos Estados Europeus, mas paralelo a essas concepções surgiram propostas de caráter mais amplo no que diz respeito a preocupação com a própria harmonia entre os Estados e suas respectivas seguranças externas, ou seja, vislumbravam um Sistema Internacional entre os Estados Europeus. Nesse propósito, destaca-se o *Projeto de paz* do abade de Saint-Pierre que entrevê a paz perpétua na Europa mediante condições institucionalizadas de modo a legitimar um espaço que visa facilitar um mercado unificado entre os Estados membros.

Nesse contexto, destaca-se o papel do soberano, haja visto que ele é a peça mediadora entre os interesses do Estado e os objetivos propostos pelo Sistema Internacional de Estados. Entretanto, segundo a ótica de Jean-Jacques Rousseau, fica evidente que o pensamento de Saint-Pierre está impregnado por uma ingenuidade no que tange à política de governo dos soberanos e, além disso, por acreditar que, mediados por uma assembleia confederativa, os príncipes concordariam voluntariamente em fazer parte desse projeto de paz perpétua. Contudo, Rousseau não considera impossível a realização desse projeto, porém, para obtenção da paz é necessário a força. Para tanto, a compreensão desse debate só foi possível norteadas, principalmente, pela análise das obras primárias dos referidos pensadores e pelo embasamento teórico dos especialistas que se faz necessário, como por exemplo, Evaldo Becker, Gelson Fonseca Jr., Luiz Felipe de Andrade e Silva Sahd, José Oscar de Almeida Marques, José Benedito de Almeida Jr. que possibilitaram uma ampla compreensão do propósito a qual nos dedicamos nessa pesquisa, permitindo o entendimento a respeito de conceitos fundamentais elaborados pelo filósofo genebrino e dos temas que tangenciam a relação entre Estados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Confederação. Europa. Guerra. Jean-Jacques Rousseau. Paz. Saint-Pierre.

## **ABSTRACT**

*The numerous political theories of the modern time were committed to the social-political and economic restructuring of the European States, but parallel to those conceptions emerged proposals of a broader range regarding the concern with the harmony among the States and their respective external safety, that is, they envisioned an International System among the European States. In that purpose, the Project of peace by the abbé de Saint-Pierre which glimpses perpetual peace in Europe under institutionalized conditions in order to legitimate a space that aims at facilitating a unified market among the member States.*

*In this context, the sovereign role stands out, given the fact that he is the mediator between the interests of the State and the objectives proposed by the International System of States. However, according to Jean-Jacques Rousseau's point of view it is evident that the thought of Saint-Pierre is impregnated by a naivety regarding the sovereigns' government policy and, moreover, for believing that, mediated by a confederal assembly, the princes would voluntarily agree to be part of this project of perpetual peace. Nevertheless, Rousseau does not consider impossible the realization of this project, however, to achieve peace it is necessary force. Therefore, the comprehension of this debate was only possible guided, mainly, by the analyses of the primary works of such thinkers and the theoretical basis of the experts that is necessary, for instance, Evaldo Becker, Gelson Fonseca Jr., Luiz Felipe de Andrade e Silva Sahd, José Oscar de Almeida Marques, José Benedito de Almeida Jr. who enabled a broad comprehension of the purpose to which we dedicated ourselves in this research, allowing the understanding of the key concepts elaborated by the Genevan philosopher and the themes that concern the relationship between States.*

**Keywords:** *Confederation. Europe. War. Jean-Jacques Rousseau. Peace. Saint-Pierre.*



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1 UM PROJETO DE PAZ PARA OS ESTADOS CATÓLICOS EUROPEUS .....	11
1.1 O BOM ABADE .....	12
1.2 DIÁLOGOS SOBRE O PROJETO DE PAZ PERPÉTUA.....	15
2 SOBERANO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL .....	33
3 DO ESTADO DE GUERRA E PAZ .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
REFERÊNCIAS .....	71

## INTRODUÇÃO

O século XVIII, também conhecido como Século das Luzes, é assim denominado em virtude das intensas transformações nas diversas áreas do saber humano: nas artes, nas ciências, na filosofia e sobretudo na esfera política. Essa, por sua vez, evidencia as constantes alterações geopolíticas, as quais o mundo ocidental já apresentava desde o século XVI.

A revolução ocorrida na França no final do século XVIII mudou radicalmente a face do mundo. Pôs fim ao chamado “Antigo Regime” e inaugurou a nossa história, a nossa modernidade. Mas ela não surgiu do nada. Os revolucionários que partiram ao assalto do poder político foram buscar em um rico arsenal de ideias as justificativas para a sua ousadia.

Ora, este rico arsenal foi sendo construído ao longo do século graças a um intenso fervilhar de ideias. É a este movimento cultural prodigioso que domina a Europa Ocidental – especialmente a França, a Inglaterra e a Alemanha – dos dois últimos decênios do século XVII até mas ou menos 1780 que se costuma chamar “Iluminismo” ou de “Filosofia das Luzes” ou ainda de filosofia da “Ilustração” (FORTES, 1981, p.9)

De fato, o panorama vislumbrado ao longo dos séculos XV-XVIII apontava para novas propostas ideológicas em favor da razão humana e conseqüentemente de uma sociedade dita civilizada, por outro lado, intensos conflitos de ordem política e econômica, não deixaram de marcar o contexto interno dos Estados e a dinâmica entre as potências européias.

No entanto, ainda que inúmeros conflitos marcassem o contexto que se fazia presente na Europa das luzes, não significava a ausência de propostas e sistemas que tinham por objetivo subtrair a comunidade européia desse panorama. A exemplo disso, o Tratado de Westphalia – marcou fim a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), protagonizada entre católicos e protestantes, envolvendo as seguintes potências: Suécia, Inglaterra, Escócia, França, Áustria, Hungria e Espanha. – é um claro exemplo de organização no sistema internacional e já carregava em seu bojo, a ânsia pela paz perpétua presente na obra de alguns teóricos políticos modernos.

Nesse contexto, destacam-se pensadores como Thomas Hobbes (1588-1679), Espinosa (1632-1677), Charles Irénée Castel de Saint-Pierre (1658-1743) – o abade de Saint-Pierre –, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Immanuel Kant (1724-1804) que

não só trouxeram para o campo da reflexão político-filosófica o desafio de pensar a sociedade e os fundamentos que determinam os Estados, bem como elaboraram teorias que nos permitem compreender como as potências estabelecem suas relações.

Dentre os pensadores citados acima, destacamos Saint-Pierre. Apesar de ser um membro da igreja, também se dedicou às questões políticas auxiliando o Cardeal francês Polignac no Tratado de Utrecht (1712-13). Das experiências obtidas, extrai a convicção de que a paz na Europa cristã seria possível a partir da instauração de um meio que fosse forte suficiente, capaz de reunir, coagir e satisfazer os anseios dos soberanos:

A história dos séculos precedentes e a experiência que possuímos daquilo que ocorreu até hoje diante de nossos olhos nos ensinam que as Guerras estalam muito facilmente, causam uma infinidade de desgraças e são muito difíceis de debelar. Nem todo mundo sabe, porém, que os meios até agora utilizados para preveni-las são em si mesmo muito ineficazes, e tais como são hoje em dia, não guardam qualquer proporção, ou a causa de tal ineficácia, o que me proponho a apresentar neste Discurso. (SAINT-PIERRE, 2003, p.18).

Em uma de suas obras de maior destaque, *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa* (1713), Saint-Pierre vislumbrava um acordo de união entre os Estados Católicos europeus, de modo a evitar guerras e suas possíveis perdas, além de promover o desenvolvimento comercial entre elas. Nessa perspectiva confederativa, as relações entre Estados devem ser pautadas pelo interesse de manterem entre si uma coexistência pacífica de modo a preservar seus principais elementos constituintes: a nação, o governo e os limites do espaço geográfico (território).

Naquilo que se refere a Jean-Jacques Rousseau, vale ressaltar que o cenário analisado e compreendido por ele não se limitava ao modo como os Estados nacionais se organizavam internamente. Para, além disso, a extensão de sua obra aponta para uma perspectiva que nos permite entender o modo como os Estados modernos interagiam entre si:

Quanto ao Estado, porém, como é artificial não tem medida fixa, seu tamanho é indefinido; pode sempre tornar-se maior; e sente-se fraco enquanto há outros mais fortes. Sua preservação e segurança exigem que se torne mais forte do que os vizinhos. Não pode aumentar ou mesmo exercer a sua força senão à custa dos outros. Embora não tenha necessidade de buscar provisões além das suas fronteiras, procura sem cessar novos membros para adquirir uma situação inexpugnável. A desigualdade dos homens tem limites impostos pela natureza, mas a desigualdade das sociedades pode aumentar

incessantemente, até que uma delas absorva todas as outras. (ROUSSEAU, 2003, p.51)

Entretanto, vale ressaltar que com exceção da obra *Extrato e julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre* (1756), nos demais escritos o tema pertinente a relação entre Estados não é tomado como a principal reflexão a ser desenvolvida, contudo, esse fator não diminui a importância do estudo do tema nas obras de Rousseau. Cabe, no entanto, uma leitura atenciosa ao longo de suas obras como *O Estado de Guerra Nascido do Estado Social* (1755), *Fragmentos Sobre a Guerra* (1755) e *O Contrato Social* (1956) para constataremos reflexões de igual importância.

Certamente, a intercessão entre esses pensadores não se limita ao fato do segundo ter escrito um *Extrato e Julgamento* da mais notória obra do abade. Para, além disso, é possível estabelecer um ponto de convergência entre o pensamento do abade de Saint-Pierre e Jean-Jacques Rousseau. Destaca-se a predisposição de analisarem temas como, direitos do soberano, cidadania, democracia, paz e guerra, política e economia, nos permitindo conhecer os parâmetros normativos constitutivos das organizações sociais nacionais e supra.

Por exemplo, as ideias inerentes a obra do Abade de Saint-Pierre têm sido importantes referências para as organizações internacionais. Prova disso, que tais reflexões presentes na obra de Saint-Pierre serviram de base para elaboração de alguns artigos dos capítulos VI e VII da Carta das Nações Unidas:

Novamente encontramos nas atribuições de certos órgãos das organizações internacionais contemporâneas as propostas do Abade. O artigo 15 do Pacto da Liga das Nações estipula a obrigatoriedade de submissão, à autoridade do Conselho, de um litígio não resolvido por meios pacíficos entre os Estados membros. Por sua vez, a Carta da Organização das Nações Unidas indica em seus capítulos VI e VII (a partir do artigo 33), o papel fundamental desempenhado pelo Conselho de Segurança na prevenção e solução dos litígios internacionais. Uma vez mais, deve ser enfatizada a importância dos instrumentos preconizados pelo Abade para a solução dos litígios e os mecanismos por ele proposto (SEITENFUS, 2003, p. XXXI)

Diante disso, demonstra-se oportuno nossos estudos, visto que as concepções políticas dos pensadores políticos modernos, dentre eles o Abade de Saint-Pierre e Jean-Jacques Rousseau, propõe uma clara sistematização de conceitos, bem como elucidam

questões pertinentes às condições pelas quais não só os Estados modernos, mas também os contemporâneos são subjugados em suas relações internacionais.

Para tanto, nossa fundamentação teórica parte das análises já realizadas por alguns pesquisadores, como por exemplo, Evaldo Becker, Gelson Fonseca Jr., Luiz Felipe de Andrade e Silva Sahd, José Oscar de Almeida Marques, José Benedito de Almeida Jr. que possibilitaram uma ampla compreensão do propósito, o qual nos dedicamos nessa pesquisa, pois é a partir desses estudos que se tornaram possíveis nossos entendimentos a respeito de conceitos fundamentais elaborados pelo filósofo genebrino e de outros temas que tangenciam a relação entre Estados.

Vale advertir que nosso trabalho não se trata de findar as especulações a respeito dos pontos convergentes e divergentes entre o pensamento político do Abade e de Rousseau, mas apresentar o debate que há em torno dos aspectos fundamentais que determinam o raciocínio desenvolvido por eles a respeito do projeto confederativo dos Estados católicos europeus, ampliando nosso entendimento de modo a evitar equívocos interpretativos.

Nesse propósito, objetivando uma melhor compreensão dos argumentos apresentados, nosso trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo tem por objetivo confrontar os princípios confederativos presentes na obra *O projeto para tornar perpétua a paz na Europa* (1713) às reflexões realizadas por Rousseau no *Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre*, publicado em 1756, a respeito desses mesmos aspectos. Isso nos permitirá identificar os conceitos que conduziram o filósofo genebrino às conclusões obtidas no julgamento do projeto; o capítulo segundo, tratará, sobretudo da incompatibilidade de coexistência entre Soberano e o moderador confederativo; concluindo nossa exposição, o capítulo terceiro cumpre a função de compreender a percepção do filósofo genebrino a respeito da relação entre os Estados frente à dinâmica internacional.

Enfim, após concluída às devidas investigações, pretende-se nesse estudo, segundo a ótica de Rousseau, apontar os motivos e as dificuldades inerentes aos sistemas confederativos, tal como propôs o abade de Saint-Pierre. Essa incredulidade, encontra suas justificativas no modo como fora realizado o processo de composição e manutenção da estrutura das instituições políticas que permitem o funcionamento do Estado.

## 1 UM PROJETO DE PAZ PARA OS ESTADOS CRISTÃOS EUROPEUS

A medida que os paradigmas da antiga sociedade feudal apresentavam sua falência, novas concepções políticas refletiam os anseios por uma ordem social fundamentada no racionalismo. Foi nesse contexto que viveu Charles Irénée Castel de Saint-Pierre (1658-1743) – o Abade de Saint-Pierre.

Desde a primeira publicação, em 1713, três séculos nos separam da mais celebre obra do Abade de Saint-Pierre: *O projeto para tornar a paz perpétua na Europa*. Assim como alguns teóricos do período moderno – destaque para Jean-Jacques Rousseau – que abordaram questões de ordem política da qual o Estado-Nação<sup>1</sup> haveria de ser o núcleo das reflexões, o abade de Saint-Pierre, por sua vez, dedicou-se à concepção de uma ordem social capaz de estabelecer coesão entre os Estados cristãos europeus.

Embora, seja um importante escrito sobre política internacional e muitos já tenham lido e comentado essa obra – como Rousseau e Kant – ironicamente, na época de sua primeira publicação ela não tivera o seu devido reconhecimento. No entanto, essas ideias do abade alcançaram maior notoriedade – por vezes, considerada uma percepção míope dos fundamentos que a sustenta – posteriormente, mediante o *Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre* de Jean-Jacques Rousseau, publicado em 1756.

Como bem aponta Ricardo Seitenfus, no prefácio de introdução à obra do abade, em um comentário ainda mais contundente:

O Projeto para a Paz perpétua na Europa, do Abade de Saint-Pierre, conhece um curioso itinerário. Quando publicado em três volumes em 1713, ou seu resumo (1728), passa praticamente despercebido. Jean-Jacques Rousseau ao redigir, em 1761, uma análise interpretativa que, em muitos aspectos, deforma as ideias originais, reconduz o Projeto à frente dos debates sobre o pacifismo e em torno da problemática da construção de relação estáveis na Europa cristã. (SEITENFUS, 2003, p. XXIV).

Como se percebe, a discussão em torno da obra do abade não se restringe ao esclarecimento da possibilidade ou impossibilidade de realização dos objetivos

---

<sup>1</sup> “Estado-Nação é um tipo particular de Estado, característico do mundo moderno, simbolizado pelo Tratado de Vestefália (1648), no qual um governo detém a soberania de um território definido e onde a grande maioria da população é constituída por cidadãos que têm consciência de pertencerem a uma única nação que confere o seu apoio ao Estado, independentemente do regime político, desde que surge um conflito com outro Estado.” (MOREIRA, 2005, p. 79)

pretendidos no *Projeto para a Paz perpétua na Europa*, as controvérsias iniciam nas múltiplas compreensões que se manifestaram a partir da interpretação dada por Rousseau.

Nesse caso, confrontar os princípios confederativos presentes na obra *O projeto para tornar perpétua a paz na Europa* às reflexões realizadas por Rousseau, a respeito desses mesmos aspectos, esclarece os conceitos que conduziram o filósofo genebrino às conclusões obtidas no julgamento do projeto.

## 1.1 O BOM ABADE

Nascido em 1658 na comuna francesa de Saint-Pierre-Église, região da Baixa-Normandia, o Abade de Saint-Pierre apesar de ter sido um homem eclesiástico frequentou assiduamente círculos literários, sendo convidado a participar como membro da Academia Francesa de Letras.

Mas, como homem de pensamento em um tempo que grandes transformações sócio-econômicas e políticas aplacavam a Europa, dedicou-se às reflexões vinculadas a essas questões. Porém, Saint-Pierre não apenas empenhou-se aos trabalhos teóricos, como também participou como relator-consultor do cardeal francês no Congresso de Utrecht em 1712-13. Sensibilizado pelos motivos que levaram a composição desse congresso, a guerra de sucessão na Espanha, ele não se furtou da tarefa de elaborar um mecanismo que estabelecesse a harmonia entre os Estados cristãos europeus e escreveu a sua obra de maior notoriedade. Nesse intuito, o *Projeto confederativo*, tem por objetivo estabelecer, mediante condições institucionalizadas, um espaço que visa facilitar um mercado unificado entre os Estados membros, promovendo a coesão social e cultural, fazendo da Europa um centro de identidade unificada.

Inserido nesse contexto onde os Estados não se entendiam como estruturas coexistentes em virtude de tentarem impor sua hegemonia frente aos demais – podemos citar o Império Habsburgo (Áustria) e Luís XIV (1661-1714) – muitas vezes, o estado de guerra era considerado como fator de uma condição social. Sendo assim, o *Projeto de paz perpétua*, como afirma Ricardo Seitenfus reflete os anseios de um tempo:

O Projeto é filho de seu tempo e inspira-se num período histórico distinto daquele vivido por Rousseau. Para a sua compreensão, devemos levar em consideração a crise de consciência européia, reflexo de uma sociedade guerreira que faz surgir uma vontade de paz

difusa que encontra no Abade de Saint-Pierre um dos mais ilustres representantes. (SEITENFUS, 2003, p. XXIII).

Por esse motivo, em primeiro lugar, o projeto é um registro dos fatos de uma sociedade imersa em intensas transformações de ordem política e econômica, característica evidenciada logo na primeira página do prefácio original da obra.

Há cerca de quatro anos, após haver terminado o primeiro esboço de um regulamento do Comércio interior, instruído por meus próprios olhos a respeito da grande miséria que sofrem os povos devido aos altos impostos, informado por diversos relatórios privados sobre as excessivas contribuições, incursões predatórias, incêndios, violências, crueldades e assassinatos de que padecem todos os dias os infortunados habitantes dos Estados Cristãos; sensibilizados, enfim, por todos os males causados pela guerra dos Soberanos da Europa e a seus súditos, resolvi penetrar nesse mal até as razões primárias [...] (SAINT-PIERRE, 2003, p.3)

Logo, a obra de Saint-Pierre não deve ser considerada, exclusivamente, como manual de reflexões políticas do período moderno. Para além disso, ela possui o seu valor histórico.

Ao discutir o comércio interno a preocupação do abade é, também, oferecer soluções para os males que sejam anteriores às relações entre Estados. Nesse caso, o projeto é a expressão de um propósito capaz de intervir não apenas no sistema internacional, nas relações interpessoais presentes em cada nação. Como assinala Jean-Jacques Rousseau no *Julgamento* sobre a obra do abade:

Diria que se alguma verdade moral já foi algum dia demonstrada, foi a utilidade desse projeto – nacional não menos do que internacional. As vantagens trazidas pela sua execução a cada príncipe, a cada nação e ao conjunto da Europa são imensas, claras e incontestáveis; e nada poderia ser mais preciso do que os argumentos empregados pelo autor para demonstrá-las (ROUSSEAU, 2003, p.101)

Isso não significa que o projeto tenha como fim um caráter moralizante dos soberanos nem mesmo dos indivíduos. “O fato é que obcecado pelo interesse público – ou geral, como se mencionava na época – ele descobre que a política e as normas jurídicas são bem mais importantes do que a moral” (SEITENFUS, 2003, p. XXIV) No



entanto, evidenciando o absurdo desse propósito, Immanuel Kant<sup>2</sup>, na sétima proposição da obra *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* opõe-se a Saint-Pierre:

Tão fantástica quanto esta idéia possa parecer, e embora, enquanto tal, se preste ao riso no Abbé de Saint-Pierre ou em Rousseau (talvez porque eles acreditassem na realidade demasiado próxima dela), é a saída inevitável da miséria em que os homens se colocam mutuamente e que deve obrigar os Estados à mesma decisão (ainda que só a admitam com dificuldade) que coagiu tão a contra-gosto o homem selvagem, a saber: abdicar de sua liberdade brutal e buscar tranquilidade e segurança numa constituição conforme as leis. (KANT, 2011, p.13-14)

Ainda que mereça detidas considerações, o fato de o filósofo alemão não distinguir quais são as concepções de Saint-Pierre e àquelas de Rousseau, presentes no extrato e julgamento da obra, não as realizaremos nesse momento. Mas, vale mencionar que Kant, ao contrário do abade, não acreditava que a constituição de uma federação de nações ocorreria mediante a instituição de leis internacionais. Ao contrário disso, a perspectiva kantiana afirma que esse tipo de associação entre os Estados é proveniente de um antagonismo natural que estimulará o desenvolvimento social conduzindo a uma situação de integração e paz universal. Como denomina José Arthur Giannotti: uma insociável sociabilidade.

O antagonismo peculiar à espécie humana, aquele capaz de subordinar todas outras oposições reais, é a sociabilidade insociável (*ungesellige Geselligkeit*). O instinto de sociedade é contrabalançado por uma propensão ao isolamento, mas isso unicamente porque cada um, ao mesmo tempo que é atravessado por um vetor em direção ao outro, se coloca como fim em si, portanto como podendo, ao menos progressivamente, tirar de si mesmo as forças necessárias para manipular suas próprias tensões. (GIANNOTTI, 2011, p.148)

Entretanto, Saint-Pierre, por sua vez, reconhece os limites culturais, políticos e econômicos do seu tempo demonstrando prudência em não conceber um projeto que seja destinado a uma sociedade do gênero humano. Isto é, estava claro para o abade que as distinções, nas múltiplas esferas, entre os povos era um impeditivo na formação de uma sociedade cosmopolita. A cautela do abade foi justificada do seguinte modo:

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que em 1795, Immanuel Kant publicou a obra *Para a paz perpétua*. Em linhas gerais, o filósofo alemão retoma o mesmo tema abordado por Saint-Pierre outrora. Kant, por sua vez, não inovando no tema abordado, encontra sua originalidade tratando a questão da guerra e paz sob o enfoque da moral e da razão humana.

No segundo esboço, o Projeto englobaria todos os Estados da Terra. Meus amigos observaram que, ainda que no correr dos séculos a maior parte dos Soberanos da Ásia e da África solicitasse ingressar na União, essa possibilidade parecia tão remota e cheia de dificuldades, que conferia todo o Projeto uma aparência, um ar de impossibilidade capaz de revoltar a todos os leitores. Isso levou alguns a pensar que mesmo restrito à Europa cristã, sua execução ainda seria impossível. Rendi-me de bom grado à opinião deles, no sentido de que a União da Europa é bastante para que este continente se conserve sempre em Paz, e de que ela será suficientemente poderosa para manter suas fronteiras e seu Comércio apesar daqueles que os quisessem interromper. (SAINT-PIERRE, 2003, p.12)

Portanto, mesmo frente a uma realidade conturbada por inúmeros conflitos civis e internacionais, Saint-Pierre busca no projeto confederativo os meios legais para instituir uma congruência entre os Estados católicos europeus. Assim sendo, no intuito de garantir um caráter racional a sua obra, ele nos apresenta ao longo dela as seguintes reflexões: as causas dessas lutas sem fim, dificultando a vida em sociedade; os pressupostos que justificam a solidez do projeto; as vantagens e motivações para os soberanos assinarem o projeto; e os meios de se manter a coesão e a ordem entre membros confederados. Dessa forma sustenta o abade:

O primeiro passo para buscar a cura de um grande e constante mal, para o qual até agora somente foram empregados remédios ineficazes, é procurar investigar, por um lado, todas as diferentes causas desse mal, e, por outro lado, a desproporção entre esses remédios e o próprio mal. [...] concluí, dizia eu, que os mais fracos teriam segurança suficiente de que o maior poder dos mais fortes não os poderia prejudicar, e de que cada qual manteria exatamente as promessas recíprocas, de que o Comércio jamais seria interrompido e de que todas as controvérsias futuras se resolveriam sem Guerra por meio de Árbitros, pois sem isso tal segurança jamais poderia ser obtida. (SAINT-PIERRE, 2003, p. 5)

## 1.2 DIÁLOGOS SOBRE O PROJETO DE PAZ PERPÉTUA

Percebendo toda a destruição causada pela guerra tanto em seu país quanto na Europa, o abade de Saint-Pierre julgou ser necessário a elaboração de um meio que tornasse possível a paz perpétua na Europa. O *Projeto de paz perpétua* é, portanto, uma fonte de esperança para constituição de um novo mundo, onde já não houvesse lugar para os particularismos cruéis manifestos em cada monarca.

Os argumentos presentes nesse *Projeto* estão dispostos em sete discursos os quais, de acordo com Saint-Pierre, encontrariamos o antídoto para o mal que assolava a Europa.

Com o intuito de particularizar sua proposta frente aos demais tratados internacionais, no primeiro discurso, o abade nos fornece um panorama geral dos princípios que regem essas formas de ordenamento entre Estados. Seu objetivo era frisar que os tratados internacionais por vezes, tiveram breves períodos de cumprimento do seu objetivo ou que em muitos casos, nem obtiveram êxito.

Já no segundo discurso, Saint-Pierre nos apresenta aquela que teria sido a sua fundamentação teórica. Sendo assim, ele buscou legitimar suas pretensões utilizando como referencial a União Germânica concretizada no século IX por Carlos Magno e, sobretudo, o modelo confederativo proposto pelo Henrique IV – o Grande Rei da França – que o idealizou após a paz de Vervins em 1598 entre França e Espanha.

Neste Discurso me proponho simplesmente a esclarecer completamente dois poderosos pressupostos em favor do Projeto da Sociedade Européia. O primeiro é retirado da formação e da duração da Sociedade Germânica. O segundo vem do próprio Plano da Sociedade Européia imaginada por Henrique o Grande, que recebeu na sua época o acordo da maior parte dos potentados da Europa (SAINT-PIERRE, p. 2003, p.47).

Sendo assim, o abade de Saint-Pierre ateve aos estudos de um projeto que proporcionasse credibilidade e consequentemente, deixasse claro a possibilidade de concretização do seu ideal confederativo.

Por um lado, sirvo-me de seu esboço como guia, a fim de assegurar a mim mesmo de que não me desviei do meu; por outro lado, sirvo-me dele como escudo, a fim de defender-me dos insultos daqueles que, ou por mesquinhez de espírito ou por falta de atenção, querem considerar-me visionário. Tenho, porém a vantagem de não precisar defender a mim próprio, e sim a um excelente Príncipe, reconhecido por todos como extremamente sensato no governo de seu Estado, de acusações de extravagância em matéria de política (SAINT-PIERRE, 2003, p.75)

Por conseguinte, tal princípio investigativo, além de atribuir autoridade ao discurso, revela que a ansiedade pacifista não era um propósito, exclusivo, nos tempos do abade.

Afortunadamente para o sucesso deste projeto, não sou eu o seu autor, e sim Henrique o Grande, seu primeiro inventor. Deus inspirou a esse Sólon europeu os meios de estabelecer entre si uma política equânime. Buscando um remédio contra os males causados pela Guerra, cheguei, à custa de dedicação, a um plano muito semelhante na essência ao cogitado por aquele excelente Príncipe, mas isso em nada diminui a glória da invenção que lhe é devida (SAINT-PIERRE, 2003, p.75).

Outro fator que merece destaque na obra é a elaboração de artigos redigidos por Saint-Pierre, categorizados entre *fundamentais* e *importantes*, sendo eles a base para a estrutura constitucional do projeto confederativo. Ele os distingue a partir da possibilidade de mantê-los ou alterá-los segundo o número de votos que recebessem em uma assembléia. Contudo, vale ressaltar que ambos têm por objetivo garantir a manutenção da paz na concretização da confederação.

Penso que existam dois tipos de artigos em que os Soberanos poderiam convir para formar a Sociedade Européia: os artigos fundamentais, nos quais todos poderiam estar seguros de que não haveria jamais modificação, exceto por unanimidade, e outros que são importantes para conseguir-se segurança suficiente da conservação da Paz. Esses últimos sempre poderiam ser modificados por três quartos dos votos (SAINT-PIERRE, 2003, p.157)

Embora, Saint-Pierre considerasse a importância de todos os artigos para o cumprimento do objetivo primordial – a paz na Europa – destacaremos em específico as principais atribuições dos artigos fundamentais. Porém, vale ressaltar que entre as publicações de 1713 e 1729 guardam distinções no modo como são apresentados os artigos. Na primeira publicação, os artigos foram dispostos em doze tomos. Já em 1729, esses artigos foram sintetizados em cinco, prevalecendo as principais cláusulas.

De modo geral, seguindo a publicação de 1729, os artigos do projeto podem ser resumidos da seguinte forma: primeiro artigo, refere-se a questão da segurança ao Estado. Nesse sentido, prevê a proteção do Estado contra as guerras externas e guerras civis. O cumprimento desse objetivo estaria assegurado pelo caráter de defesa coletivo que assumiriam os membros participantes do projeto. Além de garantir a segurança do Estado e a manutenção do direito de governar, esse artigo almeja minimizar com investimentos em armamento e treinamentos de tropas, logo, esses investimentos poderiam ser utilizados para o desenvolvimento interno de cada Estado.

O segundo artigo, estabelece aos países participantes o compromisso de contribuírem financeiramente, levando em consideração suas particularidades. Essas

contribuições seriam para custear a manutenção da confederação. Outro ponto importante do segundo artigo é o estabelecimento de eleições para presidência da União Européia, logo, todos os países membros teriam oportunidades de presidir a confederação.

Fica exposto no terceiro artigo, a participação da assembléia geral como mediadora de possíveis divergências que os membros da confederação possam se envolver. Nesse caso, subjugar-se às decisões de uma arbitragem é a tentativa de se evitar possíveis conflitos armados.

É no quarto artigo, que Saint-Pierre garante a submissão de cada Estado membro às decisões da confederação. Caso o Estado não cumpra o que rege as normas do projeto, ele seria punido pela infração cometida.

No quinto artigo, Saint-Pierre permite a adição de novas leis, mediante decisão em assembléia geral, de modo a não alterar os princípios básicos do tratado de paz perpétua, isto é, as leis previstas nos cinco artigos fundamentais.

Ainda que reconheça a importância de todos os artigos sugeridos como sendo o pilar do projeto, atentemos para a nota de esclarecimento do primeiro artigo. A esse respeito, escreve Saint-Pierre:

É permitido aos Príncipes menos poderosos, a fim de aumentar sua segurança, elevar o número daqueles que deverão celebrar com eles Ligas ofensivas e defensivas para conservar a Paz, e o Príncipe mais poderoso se cobrirá de glória, se oferecer ajuda para esse aumento de segurança (SAINT-PIERRE, 2003, p.158)

Contrariando algumas análises que acreditam na ingenuidade de Saint-Pierre<sup>3</sup>, o que se percebe na proposta desses artigos é uma astúcia que sutilmente, pode ser comparada a de Hobbes. Isso porque, ambos identificam os meios necessários capazes de regular as ações entre membros contratantes e consequentemente, garantir a paz entre eles. Para compreendermos o paralelo estabelecido nesse argumento, vejamos, primeiramente as palavras do filósofo inglês:

---

<sup>3</sup> No prefácio da obra *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*, Seitenfus afirma na página XXVII que a perspectiva de Saint-Pierre ao abordar pontos como exercício do poder, status quo político e territorial evidenciam certa ingenuidade do pensador. Por sua vez, Gelson Fonseca Jr. em comentário da obra *Rousseau e as Relações Internacionais*, coleção clássicos IPRI, afirma que Rousseau afasta-se do “utopismo” presente na obra de Saint-Pierre.

Porque as leis da natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder que as faça ser respeitadas, são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar, das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de as respeitar e quando o pode fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros. (HOBBS, 2003, p.143-144)

Hobbes sustenta que as normas estabelecidas mediante o pacto social não são em si, suficientemente fortes para sustentar a harmonia e a coesão social. Para tanto, faz se necessário um soberano de poderes ilimitados, capaz de utilizar a força quando necessário, em favor da ordem social.

Sendo assim, a fim de que a união confederativa não caia no descrédito, a exemplo de alguns tratados que a precederam, Saint-Pierre insere nas cláusulas desse pacto o mecanismo material consistente para fazer triunfar a paz: o uso legítimo da força. Enfim, em momento oportuno, retomaremos alguns aspectos que formaram tratados por Saint-Pierre. .

Mas em todo caso, vale lembrar que a importância desses princípios internacionais não só constitui a essência desse projeto, bem como, serve de parâmetro na elaboração de leis dos órgãos internacionais contemporâneos. Confirma Seitenfus ao comentar, principalmente, o artigo terceiro:

Novamente, encontramos nas atribuições de certos órgãos das organizações internacionais contemporâneas as propostas do Abade. O artigo 15 do Pacto da Liga das Nações estipula a obrigatoriedade de submissão, à autoridade do Conselho, de um litígio não resolvido por meio pacífico entre os Estados membros. Por sua vez, a Carta da Organização das Nações Unidas indica em seus capítulos VI e VII (a partir do artigo 33), o papel fundamental desempenhados pelo Conselho de Segurança na preservação e solução dos litígios internacionais. Uma vez mais, de ser enfatizada a importância dos instrumentos preconizados pelo abade para a solução dos litígios e os mecanismos por ele proposto (SEITENFUS, 2003, p. XXX).

Os argumentos apresentados acima ressaltam que a unicidade do projeto do abade de Saint-Pierre não advém do seu objetivo pretendido em si – a paz – até mesmo porque, o próprio abade reconhece não ter sido o idealizador dessa proposta.

O que singulariza a proposta de Saint-Pierre é o modo como ele tenta persuadir o seu leitor da necessidade de se instituir uma sociedade confederativa dos Estados cristãos europeus. Para tanto, o abade inicia suas reflexões evidenciando a realidade conturbada da Europa, posteriormente, ele apresenta o seu projeto confederativo e o legitima apoiado em referências históricas, atribuindo, consequentemente, um caráter prático e irrefutável à sua proposta.

Com base nesses elementos o abade de Saint-Pierre parece estar convencido da possibilidade de realização do seu projeto. Ele afirma:

Já disse que se tivesse de persuadir apenas uma opinião especulativa, teria optado por simplesmente propor o Sistema como uma bela ideia em si mesma, sobre a qual as pessoas se contentariam em dizer: entre as visões agradáveis, eis uma muito desejável. Não teria, no entanto, trabalhado tanto simplesmente para divertir-me e divertir o leitor; e como estou convencido da possibilidade de execução deste projeto, se tivesse deixado transparecer no corpo de minha obra que fosse eu o primeiro a duvidar dessa possibilidade, nenhum leitor a acreditaria possível. Pois, se o próprio autor duvida da utilidade de uma obra, nada se pode esperar dela. No máximo, eu teria a aprovação estéril de um leitor superficial que se divertiria durante dois ou três dias (SAINT-PIERRE, 2003, p. 303).

O abade de Saint-Pierre pretende instituir e legitimar uma nova identidade à Europa, assegurando os direitos da soberania das nações participantes, mas que não tem a pretensão de ser apenas um conjunto de Estados interligados somente pelas suas bases culturais. Vale destacarmos que, curiosamente, essa nova identidade européia pretendida por Saint-Pierre, converge para uma possível adequação de um poder decadente – Igreja e Absolutismo – aos novos tempos.

Contudo, o abade de Saint-Pierre nos apresenta um projeto daquilo que se pretende como ordem social num conceito de democracia e paz que amplia as fronteiras culturais, políticas e econômicas a serem instituídas. E como ressalta Maria Victoria de M. Benevides:

Revolucionário para a época, ou apenas ridículo para o cinismo dos poderosos, Saint-Pierre não considerava quimérico o seu projeto, mas essencialmente lógico, pois dependeria de uma feliz combinação entre a vontade do soberano e a consciência de seus reais interesses. Assim, sua não-adoção revelaria a insensatez dos homens, e não a inviabilidade do projeto. Quase resignado, Saint-Pierre se compraz no aforismo de que é uma espécie de loucura ser sensato entre os loucos (BENEVIDES, 1998, p. 3).

Em oposição a essa proposta, Jean-Jacques Rousseau aponta para um ceticismo com relação a concretização do projeto de paz perpétua elaborado pelo abade. Esse posicionamento foi sustentado na obra *Extrato e julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre* (1756).

A esse respeito, no artigo *Rousseau e os Escritos sobre a Paz Perpétua, do Abade de Saint-Pierre: críticas e aproximações*, nos sinaliza Evaldo Becker: “Rousseau, expressa sua descrença na concepção antropológica de Saint-Pierre. Este não teria sabido ler corretamente os corações e mentes dos homens.” (BECKER, 2013, p.86).

Por outro lado, no prefácio da obra de Saint-Pierre, Ricardo Seitenfus adverte que o filósofo genebrino comete erros ao interpretar o projeto de Saint-Pierre:

Jean-Jacques Rousseau ao redigir, em 1761, uma análise interpretativa que, em muitos aspectos, deforma as ideias originais, reconduz o Projeto à frente dos debates sobre o pacifismo e em torno da problemática da construção de relações estáveis na Europa cristã. (SEITENFUS, 2003, p. XXIII).

Certamente, os escritos do filósofo genebrino suscitaram inúmeros debates entre os estudiosos, mas como assinala, no artigo *Problema da Guerra na Política de Rousseau*, Luiz Felipe Sahd:

Mas o que demonstra a importância dada por Rousseau ao pensamento do abade de Saint-Pierre é o seu tratamento filosófico, isto é, quando Rousseau concede, ao menos parcialmente, ao desejo de Mably e às súplicas de Madame Dupin, e trabalha no Extrato e no Julgamento sobre o Projeto de Paz Perpétua (em meados de 1754-1758), ele o faz a partir de uma reflexão séria e profunda, não como uma tarefa de escoliasta. Assim sendo, a leitura dessas páginas deve descartar dois erros comuns: o primeiro, o de Voltaire e Grimm quando tornam irrisórios os trabalhos de Rousseau sobre o “bonze Saint-Pierre”; o segundo, o de considerar a investigação de Rousseau como sendo um abraço generoso às ideias do abade. Ambas as posturas são simplistas; embora o Extrato seja fiel às “visões” expostas no Projeto, o Julgamento é deliberadamente crítico, condenando “o falso princípio da razão perfeccionista” que funda o seu intento. (SAHD, 2003, p. 22)

Contudo, em meio a esse debate, Becker nos apresenta uma reflexão que parece esclarecer as questões apresentadas acima. Ele compreende uma gradual relação entre o *Extrato e Julgamento*, não somente, por estarem mediadas pelo mesmo tema e obra



referência. Becker, percebe que mesmo o *Extrato* sofre intervenções conceituais do filósofo genebrino. Assim afirma Becker:

Tendo em vista que recebera os papéis no intuito de homenagear a memória do velho Abade, somado ao fato de que não só aceitara a incumbência, mas que a teria mesmo solicitados, não poderia criticar excessivamente estes escritos. Tal fato leva-o a tomar a decisão de separar as idéias do Abade no Extrato e as suas próprias posições no Julgamento. Mas mesmo esta divisão será negligenciada visto que no *Extrato* Rousseau acaba por misturar algumas de suas próprias concepções às de Saint-Pierre, conforme ele mesmo afirma nas *Confissões* (BECKER, 2013, p. 83).

Como se percebe, o cuidado de Rousseau em separar a síntese das ideias do Abade do julgamento que delas faz, parece ter sido em vão. O fato é que o filósofo, não teve neutralidade no processo de síntese, isto é, o *Extrato* constitui um esboço tendencioso das ideias do abade. Mas, como se sabe, o exercício de interpretação está subjugado a liberdade do intérprete.

Sendo assim, é preciso estar claro que ao nos dedicarmos aos estudos do *Extrato* e *Julgamento* não encontraremos um trabalho isento das concepções desenvolvidas por Rousseau.

Descrença ou erro interpretativo, o fato é que o núcleo dessa polêmica encontra-se no *Extrato e julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abbé de Saint-Pierre* e é nessa obra que pretendemos identificar o núcleo central desse debate.

O ceticismo de Rousseau não o impede de tecer elogios aos esforços intelectivos de Saint-Pierre e consequentemente, ao projeto confederativo. Isso pode ser constatado ao logo nas primeiras linhas do julgamento:

O esquema de uma paz duradoura foi, dentre todos, o mais digno de fascinar um homem de princípios elevados. Assim, de todos os temas que mereceram o empenho do Abade de Saint-Pierre foi aquele que por mais tempo o interessou e o que seguiu com maior obstinação. É difícil, na verdade, qualificar de outra forma o zelo missionário que nunca o abandonou nessa empresa, a despeito da clara impossibilidade do seu sucesso, da ridicularização que lhe trouxe a cada dia e das objeções que precisou suportar continuamente. Pareceria que o seu espírito bem equilibrado, mirando exclusivamente o bem público, o levou a orientar sua devoção a uma causa só pela sua utilidade, sem nunca atemorizar-se com as dificuldades, e sem pensar em termos de interesse pessoal (ROUSSEAU, 2003, p. 101).

Certamente, está claro nesse trecho a exaltação a figura do Abade e sobretudo, ao propósito a que está relacionado as suas reflexões. Mas, não só belas palavras foram dirigidas a ele. Ao final desse mesmo trecho, o filósofo genebrino já aponta o caminho que direcionará suas críticas.

Nesse caso, já podemos adiantar que segundo a ótica de Rousseau, o primeiro erro do Abade não foi a idealização de uma sociedade confederativa dos Estados cristãos europeus, mas foi em virtude de não propor meios que estabelecessem reais condições para instituir esse modelo social, como afirma Rousseau:

Portanto, embora em si mesmo o esquema seja bastante sábio, os meios propostos para a sua implantação revelam a simplicidade do autor. Ele supõe que bastaria convocar um congresso e apresentar-lhe um conjunto de artigos; estes seriam logo assinalados e tudo se concretizaria de imediato. Devemos reconhecer que, em todos os seus projetos, esse bom homem viu bem como as coisas se passariam, uma vez iniciados o processo, mas que a sua avaliação dos meios para pô-las em movimento foi infantil (ROUSSEAU, 2003, p.105).

Certamente, a ausência de meios capazes de instituir essa confederação, não diz respeito a falta de instrumentos legais. Como apresentamos anteriormente, Saint-Pierre sugere artigos que legalmente instituem limites ao comportamento dos confederados, fator importantíssimo na estruturação do projeto. No entanto, as normas, por si mesmas, são atrativos insuficientes para promoverem a integração dos Estados. Conforme enfatiza Sahd:

Por outro lado, o ponto fraco do *Projeto de Paz Perpétua* reside, segundo o nosso autor, na fragilidade das bases filosóficas que sustentam as estruturas jurídicas do “bom abade”. Se ele tem razão em apontar os meios para humanizar os conflitos armados ao sublinhar que a razão e a sensibilidade – *ele pensa no jus in bello* – devem se unir no reconhecimento das exigências normativas impostas à dignidade do homem; ele tem mais razão ainda quando afirma que a “moral da lei”, que deve reger as relações de beligerância, exige uma declaração formal do ato de guerra; [...] Embora tendo razão nisso tudo, o erro do abade é duplo; é ingenuidade sua acreditar que a vontade dos Estados tende à paz; ocorre o contrário com o corpo artificial ao se comparar aos outros [...]. O erro mais grave, porém, está na confiança incondicional depositada pelo abade de Saint-Pierre nas virtudes do racionalismo político e jurídico (SAHD, 2003, p.24).

Diferente de Saint Pierre, Rousseau propõe uma análise dos agentes que possam tornar concreta a proposta confederativa. Para ele os meios que pressupõem a

construção de um sistema confederativo, enquanto mecanismo de segurança e paz para comunidade européia são fatores determinantes que regulam a adoção desse sistema que defende uma coexistência pacífica entre Estados.

Como nos acentua José Oscar Marques, o aspecto principal para a reflexão roussoniana acerca do problema internacionalista está centrado nas dificuldades de aceitação dos novos paradigmas impostos pelo tratado aos membros participantes. Ou seja, a confederação exigirá de seus membros um compromisso que os obriguem a deixar de lado resistências que impeçam o desenvolvimento da comunidade européia.

Assim, para Rousseau, sem uma reforma das próprias formas internas de governo, e a substituição dos absolutismos pelas repúblicas, não haveria nenhuma perspectiva de alterar o belicoso e instável cenário internacional europeu. Para tanto, seria preciso que os monarcas fossem, conforme o modelo do Contrato Social, apenas os administradores e executores das decisões oriundas da vontade geral, que é a única capaz de definir corretamente os reais interesses de um Estado. (MARQUES, 2009, p. 41)

Em síntese, na ótica de Rousseau, ausência de meios eficazes para concretização de tal proposta sugere um voluntarismo, esperado por Saint-Pierre, por parte dos príncipes no processo de adesão ao projeto. Fato esse que revela uma ingenuidade do abade em avaliar os reais motivos que determinam as ações dos príncipes no cenário internacional.

Por outro lado, segundo Rousseau, tão logo os príncipes se deparassem com tal proposta, a de paz perpétua, o ímpeto seria de resistir a concretização da confederação.

As vantagens trazidas pela sua execução a cada príncipe, a cada nação poderia ser mais sólida ou mais preciso do que os argumentos empregados pelo autor para demonstrá-las. Instituída por um só dia a sua comunidade européia certamente duraria para sempre, tal a força com que a experiência convenceria os homens de que encontrariam vantagens para si na vantagem decorrente para todos. Não obstante, os mesmos príncipes que a defenderiam com toda a sua força se ela existisse, a resistiriam com igual empenho a qualquer proposta de criá-la. Infalivelmente criariam obstáculos ao seu caminho como o fariam se já existisse, e se buscasse a sua eliminação. Assim, o livro de Saint-Pierre sobre Uma Paz Perpétua parece incapaz de fundá-la e desnecessário para mantê-la (ROUSSEAU, 2003, p. 101).

Entretanto, o abade de Saint-Pierre, no sexto discurso do projeto, refuta esse tipo de argumento. O abade, compreende que os Estados e seus respectivos soberanos exibem perfis motivacionais distintos, nessa perspectiva, não se deve generalizar ao

considerar interesses dos Príncipes – tal como fez Rousseau – e sobretudo, supondo que o objetivo a que eles se dedicam é contrário a paz. Por outro lado, na perspectiva de Saint-Pierre, justamente, por terem interesses distintos e por almejarem o cumprimento deles que os príncipes farão e terão uma percepção diferente da proposta confederativa, sustenta Saint-Pierre:

Essa objeção é no fundo igual à sexta. Seus autores englobam sem distinção os Príncipes mais poderosos e menos poderosos, como se esses últimos não tivessem mais a recear a perda ou a diminuição de seus Estados do que os poderosos, ou que pudessem esperar grandes conquistas. Confundem entre si as Repúblicas mais prudentes, que apenas se desejam sua própria conservação e manter livre, universal e ininterrupto seu comércio. Não imaginam que entre os mais poderosos possa haver homens maduros e sábios, por natureza ou por experiência, que pensam de maneira muito diferente dos jovens audaciosos e temerários (SAINT-PIERRE, 2003, p. 252).

Não há dúvida, portanto, que o abade considera a existência de príncipes que não possuem desejos expansionistas nem o anseio pela tirania. Ao contrário disso, a crença do abade o possibilita vislumbrar príncipes interessados, apenas, na conservação dos fundamentos responsáveis pela existência do Estado e conseqüentemente, o bem estar da população. Além disso, ele considera ainda, o uso do bom senso, típico dos “homens maduros e sábios, por natureza ou por experiência”.

Mas, como nos esclarece José Oscar de Almeida Marques, as múltiplas políticas presentes na confederação necessitarão de um nivelamento dos benefícios e deveres que a comunidade instituirá. Porém, os desejos primordiais de um monarca, expandir ilimitadamente o território e fortalecer-se frente aos vizinhos e aos próprios súditos, são os pressupostos para os conflitos entre Estados e, por conseguinte impedem a realização do projeto pacifista. Daí seu ceticismo em relação ao projeto de paz perpétua.

O que ele (Rousseau) não aceitou é que o projeto pudesse ser efetivamente implementado no contexto europeu, dada a própria natureza dos sistemas de governo monárquicos absolutistas, que são refratários a considerações ligadas a seu próprio bem-estar e interesse. (MARQUES, 2009, p. 41)

Essa contradição, predominante na estratégia de política externa dos monarcas, é justificada por Rousseau mediante a discriminação dos tipos de interesses que determinam a dinâmica do sistema internacional. Dois são os tipos de interesses: real e

aparente. Tanto no âmbito moral, quanto político, o primeiro está fundamentado pela segurança proveniente das leis, por outro lado, o interesse aparente encontra suas bases no julgo da sorte e guiado pelo impulso das paixões particulares. Baseado nesses fatores que os monarcas determinam seus objetivos.

Assim como Rousseau, em certos aspectos, Saint-Pierre não ignora o fato de existir Príncipes que são contrários a paz, preferindo o acaso da guerra com o intuito de extrair em circunstâncias adversas algo que possa beneficiá-los. Cito Saint-Pierre:

Sei perfeitamente que os Soberanos sempre terão desejos ou paixões acentuadas que lhes aconselharão o caminho da violência e da Guerra. Uma vez formada a União, entretanto, esses desejos fortes serão contrabalançados por temores ainda mais fortes, numa palavra, por outras paixões mais poderosas. Nesse caso, os receios prudentes e salutareos nos preservarão facilmente das esperanças loucas e ruinosas (SAINT-PIERRE, 2003, p. 252).

Mas, em linhas gerais, Saint-Pierre está seguro que no temor reside o bom senso. O receio de sofrer sanções, as quais todos os confederados estarão submetidos, evitaria ações que ameaçasse o equilíbrio da ordem vigente.

Todavia, mesmo que Saint-Pierre considere a existência de monarcas que governem, quase sempre, pautados pelas suas paixões egoístas, é importante distinguir os argumentos apresentados pelo abade daqueles explicitados pelo filósofo genebrino. Nesse sentido, trata-se de discernir as peculiaridades que definem cada posicionamento.

O desencontro dessas visões parece residir num antagonismo entre ideal e real. Mesmo convencido de que seu Sistema não deva ser comparado a uma ideia platônica – argumento apresentado anteriormente – coube ao abade de Saint-Pierre refletir, principalmente, a respeito de um contexto social ainda não instituído. Porém, vale ressaltar que essa característica não diminui a importância das ideias apresentadas pelo abade. Fato esse confirmado mediante a seguinte afirmativa realizada pelo Gelson Fonseca Jr. no prefácio da coleção Rousseau e as Relações Internacionais:

A força inspiradora das idéias utópicas, afinal, vão servir aos modelos institucionais de solução de conflitos, a partir da conferência da Haia em 1907 até a criação da Liga das Nações e da ONU. De uma certa forma, ainda que não tenham sido suficientes para eliminar conflitos, não deixam de “progredir” ao oferecer à comunidade internacional meios mais “eficientes” de julgar Estados, de definir critérios sobre o que significa a quebra da ordem. (FONSECA, 2003, p. LIV)

Por outro lado, a marca filosófica do Rousseau é discorrer a respeito da realidade social. Daí a ênfase no comportamento efetivo dos príncipes. Sendo assim, os argumentos apresentados por ele, nos oferece uma clara visão dos interesses de dominação típicos dos príncipes daquele período.

Orientado pela busca da verdade efetiva, Rousseau evidencia a degeneração dos governos europeus os objetivos em geral, pretendidos por eles. Cito Rousseau:

A existência dos monarcas ou daqueles em quem eles descarregam seus deveres, é inteiramente devotada a dois objetivos: ampliar os seus domínios, estendendo-os além das suas fronteiras, e dentro delas tornar o seu poder absoluto. Qualquer outro objetivo que possam ter será anciliar a um desses dois, ou apenas um pretexto para atingi-los. Entre esses pretextos estão “o bem da comunidade”, “a felicidade dos súditos” ou “a glória da nação” – frases sempre presentes na linguagem dos conselhos, e usadas de modo tão canhestro nas proclamações públicas que são entendidas como premonição de miséria – e o povo geme apreensivo quando seus governantes se referem à sua “paternal solicitude” (ROUSSEAU, 2003, p.102).

Com base nessa perspectiva, entendemos que o desinteresse dos Príncipes pela instituição do projeto de paz se fundamenta na pretensão de almejam um poder amplo e exclusivo. Tamanho é o pessimismo de Rousseau, há ainda que destacar que possivelmente, a solicitude dos governantes seja uma manobra política capaz de promover novas conquistas. Ele ressalta: *Qualquer outro objetivo que possam ter será anciliar a um desses dois, ou apenas um pretexto para atingi-los.* (ROUSSEAU, 2003, p.102)

Rousseau afirma que a incerteza da guerra promove ocasiões para que os príncipes coloquem em prática suas pretensões.

Nesses termos, é no caos da guerra que o soberano vislumbra a oportunidade de explorar tanto a nação conquistada quanto a nação conquistadora. A subordinação da nação conquistada se faz pela condição miserável a que ela se encontra, por outro lado, a nação conquistadora se subjugam a um governante pela insegurança que a guerra proporciona. Ou seja, ambas as nações se encontram carentes de uma estabilidade no Estado. Essa condição de instabilidade a que foram subjugados, faz com que o povo almeje um líder que possa conduzi-los a prosperidade e lhes proporcione a segurança desejada. Assim, mediante esse desejo geral da nação é que o soberano encontra

oportunidades de colocar em prática suas pretensões particulares; ampliar seus domínios e tornar seu poder absoluto.

Com efeito, é fácil entender que guerra e a conquista fora do território nacional e o despotismo no seu interior se apóiam mutuamente; que dinheiro e homens são tomados à vontade de um povo escravizado para dar a outros povos o mesmo destino; a guerra oferece um pretexto para extrair recursos da população, e outro, não menos plausível, para manter grandes exércitos de prontidão para manter o povo subjugado. Em suma, todos podem ver que os monarcas agressivos levam a guerra pelo menos tanto a seus súditos como a seus inimigos, e que a nação conquistadora não fica em melhor situação do que a conquistada. (ROUSSEAU, 2003, p. 103)

Em síntese, na ótica de Jean-Jacques Rousseau, qualquer pretensão paralela às duas primeiras, serão os meios pelos quais auxiliará na concretização dos reais objetivos pretendidos pelos monarcas. Por esses motivos, o filósofo genebrino acredita que em geral, os príncipes não se sujeitariam de livre conduta, à condições que impedisse a realização de tais pretensões e sobretudo, limitasse o poder almejado: poder amplo e absoluto.

Paulatinamente, o filósofo nos mostra as vulnerabilidades das relações entre Estados, estabelecendo os limites comportamentais do corpo político naquilo que remete a uma proposta confederativa.

Um segundo argumento, utilizado por Rousseau para justificar a permanência do estado de guerra e conseqüentemente, o afastamento de qualquer pretensão a projetos pacifistas entre Estados, assenta em argumentos de caráter geopolítico e jurídico.

De modo geral, coloca-se em pauta nesse debate a seguinte afirmativa: “todos podem ver que a criação da assembléia da Europa determinará a constituição de cada Estado de forma tão inexorável quanto as suas fronteiras” (ROUSSEAU, 2003, p.102).

Nesse momento, lembremos de aspectos importantes definidos no IV e VIII artigos do projeto de paz do Abade de Saint-Pierre. O primeiro deles, garante a manutenção dos espaços territoriais: “cada Soberano se contentará, para si e para seus sucessores, com os territórios que possui atualmente ou que possa vir a possuir por fora do tratado anexo” (SAINT-PIERRE, 2003, p.163).

A esse respeito é importante destacar o comentário de Seitenfus:

Para o Abade, o traçado artificial e injusto das fronteiras européias que privilegia os principais Estados, constitui um dado da realidade. Nesse

sentido, a conjuntura decorrente de uma evolução histórica que não pode ser desconhecida, muito menos enfrentada. Portanto, o Projeto não somente não pretende colocar em questão o estatuto geográfico da Europa, mas, igualmente defendê-lo. (SEITENFUS, 2003, p. XXIX).

Respectivamente, no VIII artigo, acima de tudo, o objetivo é disciplinar juridicamente as ações dos membros confederativos em relação a comunidade dos Estados Católicos Europeus que se pretende formar. A esse respeito afirma Saint-Pierre:

O soberano que tomar armas antes da declaração de Guerra da União ou que se recusar a cumprir um regulamento da Sociedade, ou uma sentença do Senado, será declarado inimigo da Sociedade, e esta fará a Guerra contra ele até que seja desarmado e que hajam sido cumpridos o regulamento e a sentença (SAINT-PIERRE, 2003, p.177)

Nesses termos, está claro que a natureza do projeto de Saint-Pierre exigirá dos seus membros a adaptação de suas pretensões particulares às leis de caráter supranacionais, isto é, àquelas que dizem respeito aos interesses da confederação. Até mesmo porque a perspectiva social que se vislumbra, livre de guerras, implica, principalmente, a coexistência entre Estados e não apenas entre concidadãos.

Além disso, salta aos olhos de Rousseau que a tentativa de coexistência pacífica dos Estados europeus encontraria seus limites na conciliação entre sanções estabelecidas pela assembléia geral confederativa e as legislações específicas de cada país criadas pela assembléia popular. Essa perspectiva está clara na seguinte passagem do Julgamento: “todos podem ver que a criação da assembléia da Europa determinará a constituição de cada Estado de forma tão inexorável quanto as suas fronteiras” (ROUSSEAU, 2003, p.102). Sendo assim, não podemos negar que a natureza do projeto de Saint-Pierre exigirá dos seus membros, mesmo que indiretamente, a adaptação de suas leis particulares às leis internacionais, àquelas que dizem respeito aos interesses da confederação. A esse respeito, segundo a perspectiva de Fonseca:

É isto que impede o estabelecimento da confederação européia com base simplesmente em uma escolha racional dos soberanos. Numa das passagens mais interessantes do texto, Rousseau mostra como se constroem, na psicologia dos poderosos, as vantagens das soluções unilaterais, que levam a que sejam refratários a qualquer limitação a suas opções. Resolver um conflito pela guerra pode ser melhor do que pela via judicial. A guerra sempre envolve risco, mas controlado com sua “sabedoria”, com as alianças que escolhe e, assim, evita as decisões impessoais com base em critérios de justiça que não controla (FONSECA, 2003, p. XXXVII).



É notório, portanto, que as divergências de interesses entre Soberanos e Assembléia geral confederativa é um forte pressuposto para a limitação da autonomia do exercício da soberania. Haja visto que, de modo geral, os soberanos de cada Estado participante estariam, de alguma forma, sujeitos às sanções propostas pela assembléia confederativa. Por isso, seria imprescindível o afastamento de qualquer modelo de política externa que implique na aplicação de medidas niveladoras. Assim questiona Rousseau: “pergunto, assim, se haverá em todo o mundo um único soberano que se vendo desta forma limitado para sempre naquilo que mais preza, suportasse sem indignação a ideia de ver-se obrigado a ser justo não só com relação aos estrangeiros, mas até mesmo com seus próprios súditos” (ROUSSEAU, 2003, p. 102).

Um terceiro aspecto evidenciado por Rousseau, refere aos empecilhos criados pelos ministros que impediriam a concretização da paz perpétua. Como aponta Rousseau, o desinteresse pela paz não se restringe, apenas, aos anseios dos monarcas. As incertezas da guerra são de interesse particular dos ministros. Almejando a perpetuação dos seus cargos, essa classe de trabalhadores governamentais, fazem uso da própria astúcia para promover a dependência dos soberanos no que se refere a resolução dos impasses diplomáticos do Estado.

Os ministros têm uma necessidade permanente da guerra, como um meio de tornar-se indispensáveis para o príncipe, de criar-lhe dificuldades das quais não possa escapar sem a sua ajuda, de arruinar o Estado, na pior das hipóteses, como preço a pagar para manter-se no cargo (ROUSSEAU, 2003, p. 104).

É baseado nesses argumentos que Rousseau estrutura seu ceticismo acerca do voluntarismo dos príncipes e ministros, no que tange a realização do projeto que visa a comunhão pacífica entre Estados.

Nessa perspectiva a instituição de um tratado de paz perpétua entre as nações européias contrapõe as pretensões particulares de príncipes e ministros a medida que exige deles uma ruptura com o ideal de conquistas para além das fronteiras em virtude do cumprimento de todos os princípios presentes no projeto, como forma de instauração da paz na Europa.

Para reforçar o ceticismo presente nos argumentos do filósofo genebrino, faz-se necessário contrapor a proposta econômica apresentada no projeto confederativo de Saint-Pierre e a perspectiva vislumbrada por Rousseau.

Sabendo dos prejuízos financeiros proporcionados pela guerra, Saint-Pierre acredita que a concretização de uma sociedade confederativa seria importante não só pelo fato de instituir a paz entre os Estados Europeus, para além desse propósito, o projeto visa fomentar as relações comerciais de modo a tornar ainda mais equânime a identidade dos Estados confederados.

Por outro lado, Rousseau argumenta que por serem criações artificiais, os Estados, sentem-se fracos comparando suas limitações a outros. Sendo assim, é sua segurança e preservação que determinam o desejo de expansão.

Acrescentemos, por fim, que embora sejam certas e indiscutíveis as vantagens que uma paz ampla e duradoura traz para o comércio, essas vantagens, por serem comuns a todos os Estados, não serão apreciadas por nenhum deles. Com efeito, benefícios só são percebidos pelo contraste e quem queira aumentar o seu poder relativo se interessará apenas por ganhos que sejam exclusivos (ROUSSEAU, 2003, p. 104).

Diante de tantas objeções frente ao Projeto de Paz Perpétua do Abade, Rousseau vislumbra uma única forma de se instituir a paz perpétua. Cito Rousseau: “em outras palavras, embora admiremos um projeto tão belo, devemos consolar-nos do seu fracasso pensando que só poderia ser implantado com os meios violentos que a humanidade precisa abandonar” (ROUSSEAU, 2003, p. 110).

Todavia, sem fugir a regra do pessimismo presente no *Julgamento*, o filósofo genebrino, conclui que se utilizado a força como meio, possivelmente, trará desgraças à sociedade em um só momento, se caso as evitasse constantemente. Assim afirma Rousseau:

Nenhuma confederação poderia jamais ser criada a não ser por meio de uma revolução. Assim, quem ousaria afirmar se devemos desejar ou temer uma confederação européia? Ela talvez provocasse mais danos em um só momento do que os prejuízos que pudesse evitar ao longo de muito tempo. (ROUSSEAU, 2003, p.110)

Em contrapartida, segundo a perspectiva de Ricardo Seitenfus, os argumentos de Rousseau e de outros comentadores da obra do abade, são refutados a medida que se

leva em consideração possíveis erros interpretativos e além disso, não se vislumbra a importância da obra analisada, tanto no seu contexto de publicação quanto para o mundo contemporâneo:

Criticado por muitos em razão de sua ingenuidade e voluntarismo, que desconhece as engrenagens e as motivações dos homens, o Projeto inscreve-se num momento histórico determinado e somente pode ser avaliado em seu contexto temporal.

O Abade é o primeiro pan-europeu dos tempos modernos e ele concebe sua missão como a de um simples propagandista de ideias que defendem o bem coletivo, buscam reformar o sistema político e insurgem-se contra o absolutismo e o expansionismo monárquico. Contudo, o Projeto deve ser percebido, igualmente, como um instrumento para que os soberanos mantenham seu poder intacto. (SEITENFUS, 2003, p. XXXIII).

Em suma, O projeto de paz perpétua do abade de Saint-Pierre tem por objetivo demonstrar que é possível a criação de uma instituição que visa a coesão sócio político-cultural, fazendo dos Estados europeus um centro de identidade unificada. Consequentemente, o tratado institui a criação de uma estrutura que legitima uma política universal e niveladora. Mesmo que não tenha sido colocado em prática, é visto como um balizador de propostas que julguem os critérios universais de sociabilidade. Nesse sentido, a essência do projeto de paz de Saint-Pierre permeia entre os moldes de várias instituições internacionais contemporâneas que se propõem solucionar diplomaticamente as divergências existentes entre os Estados.

Por outro lado, ao analisar a proposta de paz perpétua, Jean-Jacques Rousseau introduz a seguinte dúvida com relação a realização das pretensões confederativas: será que um simples acordo entre Estados é capaz de instituir uma coexistência pacífica entre eles, consolidar e ampliar as relações econômicas frente a multiplicidade política e cultural garantindo uma unidade confederativa perpétua? O problema dessa coesão de Estados, segundo Rousseau assenta nos próprios meios que pretendem superar as dificuldades existentes na convergência dos inúmeros interesses particulares das potências e respectivos soberanos que por sua vez, não pretendem ter os interesses particulares modificados em razão de uma proposta confederativa que vise a existência pacífica entre as nações beligerantes.

## 2 SOBERANO E A COMUNIDADE INTERNACIONAL

No primeiro capítulo, nosso objetivo foi apresentar os aspectos fundamentais que constitui o projeto de paz do Abade de Saint-Pierre. Além disso, coube nesse propósito destacarmos a crítica que Ricardo Seitenfus faz ao *Extrato e Julgamento* de Jean-Jacques Rousseau.

Para Seitenfus a síntese e a crítica realizadas pelo filósofo genebrino, a respeito do projeto confederativo elaborado pelo Saint-Pierre, deturpavam os argumentos dessa obra. Seitenfus justificou essa leitura, afirmando que por estar situado em um contexto histórico daquele vivenciado pelo Abade de Saint-Pierre, resultaria em uma limitada percepção da necessidade e importância do projeto. Ou seja, a plena compreensão dos argumentos inseridos na obra do Saint-Pierre exige um entendimento do contexto histórico ao qual o abade estava inserido.

No entanto, ainda que o momento histórico analisado pelo abade e pelo filósofo de Genebra sejam distintos, ainda perdura nesse contexto um elemento determinante: a vontade dos monarcas absolutistas.

Está claro para Rousseau que a impossibilidade de concretização de uma sociedade confederativa se fundamenta nos interesses particulares de cada príncipe. O fato é que as múltiplas ambições não convergem para os objetivos propostos no projeto dessa natureza.

Que não se diga, portanto, que o sistema não foi adotado porque não era bom. Será mais apropriado dizer que era bom demais para que pudesse ser adotado. Os males e os abusos, que beneficiam tantos indivíduos, ocorrem por si mesmos, mas o que é de utilidade pública raramente deixa de ser imposto pela força, pela simples razão de que os interesses privados quase sempre o contrariam. Não há dúvida de que nas atuais circunstâncias uma paz duradoura é um projeto risível. (ROUSSEAU, 2003, p110)

Com base nas considerações acima, é possível afirmar, portanto, que não são as leis internacionais que por si só determinarão o surgimento de uma comunidade de mesmo caráter, mas para tal realização, os interesses de cada príncipe devem convergir para elaboração de uma comunidade dessa magnitude.

Caso contrário, deveríamos considerar duas possibilidades: a primeira hipótese, está fundamentada em argumentos teológicos. Nesse caso, é necessário admitir a existência de uma entidade metafísica, independente dos interesses humanos, capaz de

providenciar leis internacionais que regulamentasse as ações entre os Estados; a segunda é admitir que órgãos internacionais – poderes supranacionais – são anteriores e independentes da autonomia dos Estados sendo capazes, conseqüentemente, de instituir objetivos que sobreponham àqueles almejados por cada Estado.

Todavia, tanto na ótica de Rousseau quanto na de Saint-Pierre, tais argumentos não possuem fundamento.

Com efeito, além dos argumentos já evidenciados no primeiro capítulo, estamos convencidos que o filósofo genebrino ao apontar para a impossibilidade de realização do projeto confederativo não evidencia no seu *Julgamento*, apenas, os motivos que conduzem os príncipes a uma possível aversão a esse projeto.

Essa afirmação se justifica apoiado em um questionamento presente no *Julgamento* do projeto de paz:

Quanto às disputas entre os príncipes, será razoável esperar que possamos submeter a um tribunal quem se vangloria de manter o poder pela espada, e que só menciona o nome de Deus porque ele está “nos céus”? Será que os soberanos poderão entregar algum dia as suas disputas à arbitragem legal, quando todos rigores das leis nunca conseguiram obrigar os indivíduos a admitir esse princípio? (ROUSSEAU, 2003, p.110)

De fato, em análise dessa indagação, o primeiro aspecto que merece atenção é que não podemos ignorar a presença dos termos: príncipe e soberano. Essa percepção é de fundamental importância ao longo do nosso processo investigativo visto que para Rousseau, ambos remetem a distintas concepções.

A princípio, poderíamos inferir que o uso desses termos revelaria uma falta de critério do Rousseau ao expor seus argumentos. Por outro lado, eles evidenciam o cuidado que Rousseau havia em tratar os termos filosóficos por ele apresentados. Além disso, essa dedicação revela o modo como o filósofo percebia a condição que se encontrava o poder soberano daquele período.

Nesse momento, Rousseau coloca em pauta as seguintes reflexões: para aderir ao projeto de confederação é necessário que o soberano resguarde as pretensões da vontade geral enquanto nação particular e concilie tais interesses particulares com as pretensões da vontade geral universal. Sendo assim, pretende-se responder a seguinte indagação: como assegurar a autonomia dos soberanos sobre o Estado, de modo a conciliar as intervenções da Assembléia confederativa? Deve-se considerar que a

intervenção dessa assembléia não pode significar a restrição dos direitos e deveres do soberano.

Sendo assim, exige-se também, reflexões que nos permitam compreender os aspectos que definem esse protagonista do Estado, bem como, do sistema internacional. Para tanto, é preciso estar claro para o leitor, tanto da obra de Saint-Pierre quanto das considerações do Rousseau, o que cada um desses pensadores define como soberano.

Nesses termos, compreendemos que o sentimento refratário, frente ao projeto de paz perpétua, é motivado por uma dupla negação. A primeira motivação está fundamentada nos interesses dos príncipes, expostos anteriormente no capítulo primeiro; a segunda causa, por sua vez, assenta no próprio caráter do soberano. Eles também negariam a concretização desse projeto, em virtude de atentar contra sua própria natureza. A esse respeito, compreenderemos nas linhas que se seguem.

Em síntese, embora sugestivo, o questionamento proposto acima, não servirá como combustível para retomar argumentos outrora já expostos. Nesse momento, temos como objetivo compreender o ceticismo de Rousseau frente o projeto confederativo a partir de incompatibilidade de coexistência entre soberano e arbítrio confederativo.

Entretanto, para ampliar a perspectiva do nosso entendimento a respeito do pensamento de Rousseau, naquilo que se refere às dinâmicas que determinam as relações entre Estados e além disso, evidenciar outras concepções que o conduziram a uma incredulidade na realização prática do projeto confederativo, não devemos nos ater, apenas, às considerações realizadas no *Extrato* e *Julgamento* que ele elaborou. Caso contrário, estaríamos imergindo num reducionismo dos argumentos do filósofo genebrino a respeito do tema aqui investigado.

Sendo assim, para entendermos o cerne das considerações de Rousseau, nesse segundo momento, além da obra já mencionada anteriormente, nossas fontes de pesquisas serão as seguintes: *Contrato social*, especificamente os livros II e III; *O Estado de Guerra Nascido do Estado Social*, *Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua do abade de Sain-Pierre*, *Projeto de Constituição para a Córsega*. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, e outras, segundo nossas pesquisas forem apontando necessidades.

Seguramente, o fato de termos que delinear o modo como ocorre essa relação entre soberano e arbítrio confederativo – nesse caso estabelecendo, principalmente, uma congruência entre o conceito desenvolvido por Jean-Jacques Rousseau e a proposta de

Abade de Saint-Pierre – exige de nós expormos um conceito que está atrelado a sua necessidade histórica e que por vezes, suscitou inúmeros debates.

Lembremos-nos das várias transformações políticas e sociais que ocorriam desde o início do período moderno, determinando um contexto de formação dos Estados Nacionais. Portanto, definir o que é soberano, surge da necessidade de se determinar quem ou o que seria a entidade que representaria a figura magna no Estado, sintetizando o poder necessário para manter a ordem e harmonia dos seus súditos e, por conseguinte, capaz de fundar uma comunidade internacional.

De modo geral, entre os estudiosos políticos existe um consenso que o conceito de soberano foi primeiramente elaborado por Jean-Bodin (1530-1596) na obra *Os seis livros da República*. Suas concepções marcaram a racionalização da noção de soberano no início das monarquias nacionais.

Em defesa de um Estado, ainda fundamentado em certos princípios do catolicismo, Bodin foi considerado defensor do argumento de direito divino dos reis.

Em síntese, soberano, a partir do conceito desenvolvido por Bodin, pode ser inicialmente, compreendido a partir da seguinte afirmativa: “A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República (...)” (BODIN, 2011, p.197).

Compreender o conceito desenvolvido por Bodin significa delinear esses dois adjetivos que determinam a figura magna de um Estado: absoluto e perpétuo.

Para tanto, os estudos de Alberto Ribeiro de Barros presentes no livro *A teoria da soberania de Jean-Bodin*, prestaram grandes elucidações a esse respeito. O primeiro a ser compreendido é o termo perpétuo, o qual possui algumas nuances. Afirma Barros:

O adjetivo perpétuo, no entanto, é excluído na versão latina da República. Uma hipótese para essa exclusão estaria na dificuldade de ser sustentada uma característica tão abstrata, já que a perpetuidade, em princípio, não se refere a um agente determinado, que é sempre limitado no tempo, mas ao poder público. Outra hipótese, talvez mais consistente, seria de que o adjetivo absoluto já contém a ideia de um poder ilimitado no tempo. Tal explicação justificaria também o fato de a maior parte da análise sobre a natureza da soberania ser dedicada a seu caráter absoluto. (BARROS, 2001, p.237)

A partir dessa reflexão, entendemos que o soberano não deve ser personificado. Isto porque restringir o poder soberano a figura de um indivíduo é limitá-lo no tempo e espaço. Sendo assim, o soberano, em uma república, é aquele que goza de total liberdade do uso do poder. O que isso significa?

Ora, a soberania não é limitada nem em poder, nem em responsabilidade, nem por tempo determinado. E mesmo os dez comissários estabelecidos para reformar os costumes e as ordenanças, embora tivessem poder absoluto e sem apelação e todos os magistrados estivessem suspensos durante a sua comissão, nem por isso detinham a soberania (BODIN, 2011, 197).

Nesse sentido, o poder que emana da soberania expressa no poder público. No entanto, o trecho que se segue parece contradizer os argumentos anteriormente apresentados. Isto porque, Bodin limita o exercício da soberania a elementos que estão delimitados à noção de espaço e tempo.

Eu disse que esse poder é perpétuo porque pode acontecer que se dê poder absoluto a um ou a vários por um certo tempo que, uma vez expirado, faz com que estes não sejam nada mais do que súditos. Enquanto estão no poder não podem chamar-se Príncipes soberanos, visto que são apenas depositários e guardas desse poder até que preze ao povo ou ao Príncipe revogá-lo, pois estes continuam seus detentores. (BODIN, 2011, p. 197)

Sem dúvida, frente ao argumento proposto, os termos que se destacam nessa passagem da obra de Bodin são: povo e Príncipe. Contudo, essa identificação soberano-povo e soberano-Príncipe, não significa uma personificação do soberano. Por outro lado, como afirma Barros: “só pode ser considerado soberano o detentor de um poder que não sofra restrições no curso do tempo” (BARROS, 2001, p. 236).

Por certo, o que Bodin admite são representações desse poder. Nesse caso, aquele que faz uso da soberania, não é o possuidor dela. Nesses termos, entendemos que apesar de o soberano eleger um representante para o seu poder, o seu exercício será limitado e, além disso, ele estará sujeito à determinações cronológicas. Nesse caso, a qualquer instante, quando bem lhe convier, o soberano poderá reivindicar o uso da soberania não cabendo contestações por parte do seu representante.

Percebemos que o soberano está imbuído de todos os poderes e dele não importando a circunstância, jamais poderia ser subtraído.

A esse respeito Barros aponta o caminho para o nosso entendimento. Vejamos: “O uso do adjetivo absoluto implica atribuir ao poder soberano as características de superior, independente, incondicional e ilimitado. Ilimitado porque qualquer limitação é incompatível com a própria ideia de um poder supremo” (BARROS, 2001, p. 237).



Assim como Deus, artífice e ordenador do cosmos, o soberano é a figura suprema do Estado. Sendo assim, ele é o artífice da ordem e harmonia do Estado. Portanto, é de uso exclusivo do seu ofício, o exercício de promulgar e revogar leis.

No entanto, não cabe ao soberano instituir leis que possam sobrepor o uso de seu poder. Assim afirma Bodin:

E nisso não há diferença entre o grande oficial e o pequeno. De outra forma, se o poder absoluto outorgando ao lugar-tenente do Príncipe se chamasse soberania, ele poderia usar dele para com seu Príncipe, que então não seria mais que um número, e o súdito comandaria ao senhor e o servidor ao mestre, coisa que seria absurda, visto que a pessoa do soberano é sempre excetuada em termos de direito. Seja qual for o poder e a autoridade que ele dê a outrem, ele nunca dá tanto que não retenha sempre mais, e nunca está excluído de comandar ou de conhecer, por prevenção, concorrência ou avocação, ou do modo que lhe aprouver, as causas das quais encarregou seu súdito, seja ele comissário ou oficial. (BODIN, 2011, p. 197)

Assim sendo, Bodin concebia a figura do soberano como um sujeito abstrato que encontra sua forma no uso legítimo do poder. Isto é, soberania é a capacidade de elaborar e aplicar as leis sem que a essas, jamais, esteja subjugado. Por outro lado, o soberano não é onipotente visto que encontra limites diante das leis divinas. Como afirma Bodin: “o Príncipe soberano, que só deve prestar contas a Deus” (BODIN, 2011, p. 199).

Com certeza, a força das teorias de Bodin, por décadas, legitimaram a dominação dos monarcas absolutistas. Por conseguinte, essas ideias refletiam características primordiais do seu tempo. Pois, como acentua Mingst: “assim, Bodin forneceu o adesivo conceitual da soberania que emergiria do acordo Westphaliano” (MINGST, 2009, p. 23).

No entanto, as constantes transformações que assolavam a Europa, por vezes, colocavam em questão a soberania dos monarcas absolutistas. Isso porque, as exigências dos novos tempos, cada vez mais, apontavam para um afastamento da Igreja no cenário político, mas não decretou a decadência dos Estados absolutistas.

Nesse cenário, novas perspectivas teóricas surgiram em meio a essas exigências, dentre elas destacando as ideias de Thomas Hobbes.

Hobbes e Bodin apresentam pontos de intercessão reflexiva. Ambos concordam com a ideia de que o soberano é o detentor supremo e inquestionável do poder.

Mas, apesar de defensor do sistema absolutista, o filósofo inglês não fundamentou seus argumentos em critérios religiosos enquanto justificativa para supremacia do soberano. Ao contrário disso, Hobbes aprimora a perspectiva de Bodin, atribuindo a figura do soberano a condição fundamental para existência do Estado. Nesse caso, ele (o soberano) seria a representação máxima de uma sociedade racional.

No capítulo XVIII do *Leviatã*, Hobbes elenca onze direitos essenciais da soberania, estabelecidos mediante um pacto social, e são eles que determinam o que é e qual a extensão do poder soberano. Como afirma Hobbes: “É desta instituição da república que derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido, mediante o consentimento do povo reunido” (HOBBS, 2003, p. 149).

A partir dessa compreensão, reconhecemos aqui a distinção entre Hobbes e Bodin. O filósofo inglês acredita que o soberano é fruto de uma ação contratual realizada entre indivíduos. Sendo assim, o soberano, segundo Hobbes, não pactua com ninguém, pois, na condição original, o desejo pelo estado permanente de paz e sobretudo, ter assegurado os direitos naturais, emana dos indivíduos.

Nessas condições, Hobbes acredita que há um só pacto do povo entre si e, mediado por essa ação coletiva que os homens instituem o soberano. Porém, vale ressaltar que muito embora o povo tenha sido os criadores dessa figura magna, cabe a eles, a partir do momento de constituição dessa figura, absoluta obediência aos atos de soberania. Isto é, os súditos estão sujeitos às ações do soberano sem que possam participar - exceto em momentos que houver a permissão dele - das decisões que cabem a esfera coletiva. O fato é que, de acordo com Hobbes, o soberano deve ser entendido também, como governante e enquanto tal, cabe, somente, a ele fazer a gestão estatal e social de modo que preserve os direitos naturais e civis dos indivíduos.

Por outro lado, lembremos que para Bodin, o soberano em virtude do seu caráter perpétuo, presente na sociedade política, não é concebido a partir de um contrato entre os homens.

Portanto, atendendo as exigências de uma sociedade que desejava compreender as razões de ser do Estado e consequentemente, do soberano, Hobbes explicou que os homens, de comum acordo, transferem seu poder natural a um representante ou assembléia de homens, assegurando ao soberano o uso absoluto e inquestionável desse poder.

Embora, Jean-Jacques Rousseau tenha elaborado uma proposta singular, existe uma intercessão conceitual com a proposta de Thomas Hobbes.

O filósofo genebrino, também, parte do pressuposto que o Estado e a figura do soberano são originários de um contrato realizado entre indivíduos.

Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembléia, e que por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado quando passivo, soberano quando ativo, e potência quando comparados a seus semelhantes (ROUSSEAU, 1997, p. 71).

Vê-se por esse trecho que a teoria de Rousseau, também, possui um ponto em comum ao conceito desenvolvido por Bodin. O filósofo genebrino reconhece na sociedade política a autoridade soberana. Nesse aspecto, a natureza absoluta do soberano deriva do poder que emana do povo e dele não pode ser subtraído.

Em contrapartida, o modo como Hobbes e Rousseau concebem o caráter absoluto do soberano guardam distinções. O que difere nas perspectivas apontadas por cada um desses filósofos é o modo como eles percebem a relação de poder entre povo e soberano.

Para Hobbes, cada indivíduo, mediante um contrato social, transfere para um terceiro o poder de deliberar sobre a vida dos particulares. O intuito é garantir os direitos naturais e civis de cada membro social. Rousseau, por sua vez, afirma que a soberania encontra-se nos próprios membros sociais reunidos em assembléia em um ato de deliberação social.

Nesse momento, vale ressaltar que na ótica de Rousseau, a figura do soberano surge a partir de uma dupla condição dos membros que fundam o Estado. Sendo assim, essa relação povo soberano carrega em si um paradoxo: o povo é súdito e soberano de si mesmo. Como seria possível essa relação?

Vê-se, por fórmula, que o ato de associação compreende um compromisso recíproco entre público e particular, e que cada indivíduo, contratando, por assim dizer, consigo mesmo, se compromete numa dupla relação: como membro do soberano em relação aos particulares, e como membro do Estado em relação ao soberano (ROUSSEAU, 1997, p. 73).

Para compreendermos o argumento proposto por Rousseau, como o próprio trecho já sugere, é preciso estabelecer a distinção entre interesse público e particular.

Segundo Rousseau, o exercício da soberania tem por objetivo a defesa do interesse público, sendo assim, o ato de soberania é a expressão daquilo que denominamos Vontade Geral. Em síntese, a Vontade Geral vislumbra o desenvolvimento do Estado e a boa conduta nas relações sociais, por esse motivo ela tende ao bem comum.

Não sendo o Estado ou a cidade mais que uma pessoa moral, cuja vida consiste na união de seus membros, e se o mais importante de seus cuidados é o de sua própria conservação, torna-se lhe necessária uma força universal e compulsiva para mover e dispor cada parte da maneira mais conveniente a todos. Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha como já disse, o nome de soberania (ROUSSEAU, 1997, p. 95).

Sendo assim, o conjunto de indivíduos que compõe um Estado (o povo) são considerados soberanos a medida que exercem sua cidadania quando reunidos em assembléia de modo a discutirem os interesses da coisa pública.

Seguindo a perspectiva dessa dupla relação entre povo e soberano, deriva uma condição fundamental:

A soberania apresenta duas características fundamentais: ela é inalienável e indivisível. Da mesma forma que indivíduos não pode dar-se como escravo a outro, pois tal ato seria nulo, um povo não pode dar-se a um senhor em seu Direito de paz e guerra (1625). Se um povo limita-se a obedecer a um chefe deixará de ser “povo” justamente porque sua principal característica é a liberdade, que ele perderia caso fosse legítimo esse ato (ALMEIDA, 2013, p. 91).

Em contrapartida, dissolvida a assembléia geral, os membros do Estado são considerados súditos, pois estão submetidos às leis instituídas pela Vontade Geral. Nesse momento, o que prevalece é a parcialidade dos interesses de cada membro do Estado. Sendo assim, remetemos ao conceito de vontade de todos. Essa tem por objetivo a defesa da coisa particular.

É importante destacar que ao contrário de Jean Bodin e Thomas Hobbes, Rousseau distingue soberano e governante e nos deixa claro que esse último é um

funcionário do Estado. Sendo assim, cumpre ao governo, apenas, executar as determinações do soberano: “É um corpo intermediário estabelecido entre os súditos e o soberano para sua mútua correspondência, encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, tanto civil como política” (ROUSSEAU, 1997, p. 136).

Contudo, afirma Rousseau no livro III do Contrato Social, que o governo, em muitos casos, tende a sobrepor aos atos de soberania.

Assim como a vontade particular age sem cessar contra a vontade geral, o Governo despende um esforço contínuo contra a soberania. Quanto mais esse esforço aumenta, tanto mais se altera a constituição, e, como não há outra vontade de corpo que, resistindo à do príncipe, estabeleça equilíbrio com ela, cedo ou tarde acontece que o príncipe oprime, afinal, o soberano e rompe o tratado social (ROUSSEAU, 1997, p. 173).

Vale salientar que enquanto Rousseau percebe claramente a distinção entre governo e soberano, essa percepção não é tão evidente quanto para Saint-Pierre. Esse aspecto revela os limites do conhecimento filosófico do abade, o que posteriormente, influenciou no entendimento das estruturas internas de cada Estado e por conseguinte, nas reflexões elaboradas a respeito do sistema internacional.

Nesses termos, a partir da compreensão dessa relação – soberano e governo – retomamos ao questionamento proposto no início desse capítulo, o qual fora elaborado por Rousseau ao longo do *Julgamento de paz perpétua*. O que estava inserido naquela indagação não é um ingênuo sentimento de dúvida com relação às possíveis ações dos príncipes e soberanos ante uma proposta de paz perpétua. Na realidade, percebendo a condição degenerada a qual estava imersa as soberanias européias, o filósofo genebrino expõe os motivos pelos quais o projeto do abade de Saint-Pierre não teria adesão.

Em suma, as convicções político filosóficas apresentadas por Jean Bodin, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau os tornaram figuras singulares no período em que viveram e sobretudo, se compararmos suas respectivas teorias. No entanto, é flagrante que aspectos em comum permeiam o conceito de soberania desenvolvido por cada um deles. A esse respeito o que tangencia suas propostas é o fato de reconhecerem o caráter legítimo e absoluto do poder que emana dessa figura magna do Estado.

De posse dos conceitos apresentados acima, nesse momento, não podemos nos furtar das seguintes indagações: o pacto confederativo é nocivo aos princípios fundamentais do soberano? Num sistema internacional, tal como propôs Saint-Pierre, é

possível que mediados por um arbítrio confederativo, haja conciliação entre soberanos? Poderiam os soberanos instituírem uma figura que sobreponha o seu poder?

De acordo com Saint-Pierre o pacto confederativo, realizado espontaneamente, tem por objetivo a consolidação e preservação da integridade soberana em cada Estado a qual não possuem lançados num sistema de guerras. Nesse pacto, os soberanos, a fim de reduzir esses inconvenientes, instituem um arbítrio de força comum de um corpo político unitário. Cito o abade: “a dependência na qual o Soberano se coloca ao entrar na união geral se resume a submeter-se ao julgamento dos demais Soberanos que ele reconhece como árbitros (...)” (SAINT-PIERRE, 2003, p. 234).

Mas, segundo a ótica de Saint-Pierre, qual a necessidade dos soberanos estabelecerem uma figura que os sobreponha em poder visto que cada uma deles goza de plenos poderes em seu Estado?

Para respondermos à pergunta acima é preciso evidenciar em quais condições, segundo Saint-Pierre, os soberanos se encontram em momento precedente a instituição da confederação. Essa reflexão permitirá descrever não apenas o que é o poder soberano, mas para além disso demonstrará como esse poder das soberanias nacionais é utilizado e, por conseguinte, justificará, de acordo com o abade, a existência dessa soberania de caráter confederativo.

Saint-Pierre acredita que os soberanos na ausência de órgãos supranacionais mediadores de suas relações possuem uma relação distante de ser pacífica. Afirma Saint-Pierre:

Com efeito, desde que existem Soberanos no mundo, a Guerra não deixou de existir, as pretensões não desapareceram, as divergências não foram perfeitamente resolvidas, senão pela queda e ruína das Casas Soberanas e pela desorganização de seus Estados. Basta abrir as Histórias de todos os povos para verificar que não existe nenhum cujo Estado não haja sido derrubado diversas vezes e que Casas de ilustres Soberanos foram reduzidas a nada, porque até o momento não possuíam formas seguras de resolver suas divergências sem Guerra. (SAINT-PIERRE, 2003, p. 21)

É notório que as pretensões de cada soberania as conduzem a uma tentativa de expansão no raio de atuação do seu poder, ou seja, os soberanos pretendem aplicar seus poderes para além de suas fronteiras. Sendo assim, somente, a instituição de um órgão internacional de caráter regulador e capaz de sobrepor a esses múltiplos poderes teria a força suficiente para inibir essas ações beligerantes.

Nesse contexto, apenas um arbítrio confederativo é forte o suficiente para atuar sobre o anseio expansionista geopolítico, natural dos soberanos. Nesse caso, ele será responsável pela regulação dos interesses que interferem na ordem social internacional, estabelecida mediante a assembléia confederativa.

O único crescimento proibido ao Soberano é o que se faria injustamente por meio da força e da violência, com armas na mão, à custa de um vizinho. Ora, o comerciante e o nobre nunca têm em vista esse tipo de crescimento. Somente os corsários, os ladrões e os bandidos entre os particulares, e os usurpadores entre os soberanos, poderiam conceber desígnios tão injustos e insensatos (SAINT-PIERRE, 2003, p. 260).

De acordo com essa proposta, ao participarem da confederação, os soberanos instituem um órgão regulador de suas ações. A princípio, entende-se que a autonomia de cada sociedade e suas respectivas dinâmicas de reestruturação social, mesmo mediante guerras civis, estariam comprometidas ao passo que sofressem intervenções de agentes exteriores a elas. Isto é, enquanto membros de uma confederação, tal como vislumbrou o abade de Saint-Pierre, as características fundamentais de um soberano, parecem estar ameaçadas.

Contrariamente, o primeiro artigo do projeto nos indica outra perspectiva:

O mais importante para um Soberano é poder governar seus Estados com mais facilidade, isto é, com mais autoridade. Dessa forma, aumentando o bem-estar de seus súditos, poderá ele aumentar o seu. Para isso, precisa estar seguro de que a União não colocará nenhum obstáculo nesse particular, mas também que ela o auxiliará a dominar os espíritos rebeldes, tomando as providências que julgar adequadas para si e para seus povos, de maneira que a União não se ponha jamais a julgar a conduta do Soberano e, sim, apóie sempre sua vontade (SAINT-PIERRE, 2003, p. 177).

Sendo assim, mediante o projeto confederativo, o poder de cada soberano ampliará, pois somado aos outros associados, constituirá um mecanismo fundamentado numa correlação de forças impondo estabilidade entre eles. Isto porque anula-se a possibilidade da constituição da hegemonia do poder.

Os Soberanos possuem na verdade dois tipos de poder: sobre seus súditos e sobre seus vizinhos. Quanto a seus vizinhos, conservam eles, nos termos do Tratado, os mesmos direitos e o mesmo poder, poder

esse que seria infinitamente aumentado, pois não teriam mais a temer nem revoltas nem conspirações (SAINT-PIERRE, 2003, p. 251).

Entretanto, se por um lado o abade de Saint-Pierre demonstra predisposição no seu propósito em assegurar a integridade do poder absoluto dos soberanos, por outro lado, como demonstra Ricardo Seitenfus, o artigo primeiro apresenta-se como um mecanismo de manutenção daqueles governos degenerados, outrora identificados por Rousseau.

Por outro lado, a manutenção do status quo interno decorrente da aplicação do princípio da segurança coletiva nos casos de guerra civil constitui uma afronta ao princípio de auto-organização dos povos. Saint-Pierre não coloca em questão a legitimidade do poder soberano, mesmo quando este se utiliza de instrumentos arbitrários e ditatoriais para oprimir seus súditos. O mau exercício do poder poderá eternizar-se, pois, além de sua própria força, poderá contar com o beneplácito coletivo (SEITENFUS, 2003, p. XXIX).

A esse respeito Benevides acentua ainda que Saint-Pierre entendeu que a dinâmica do projeto confederativo que visa a paz na Europa, estaria restrito ao âmbito das relações internacionais, sem, no entanto, interagir com as condições políticas inerentes aos Estados participantes. Afirmar Benevides: “Saint-Pierre situa a possibilidade de paz no plano das relações internacionais, considerando os Estados como entidades abstratas, no sentido de independentes de sua estrutura interna;” (BENEVIDES, 1998, p. 4).

Contudo, para melhor compreendermos essa disposição do arbítrio confederativo em relação aos soberanos, vejamos como Saint-Pierre estruturou esse arbítrio que julgará as ações que inflijam os objetivos pretendidos pela confederação.

Em linhas gerais, a figura do soberano é constituída pelo número de membros que participam ativamente dessa comunidade. Nessas condições, somos tentados a estabelecer uma similaridade entre a noção de soberania elaborada por Rousseau e aquela apresentada por Saint-Pierre. Contudo, as semelhanças não ultrapassam esse aspecto. Os termos que constituem o soberano de Rousseau não são os mesmos que compõem o soberano para Saint-Pierre.

Tendo como referência a Câmara Imperial de Spire, o abade concebe um arbitro confederativo formado por deputados representantes de cada soberania. A eles seriam



concedidos o poder de análise e julgamento das ações as quais cada soberano tenha realizado, desde que esses atos remetam ao interesse da sociedade confederativa.

Cada Deputado será simplesmente o delegado de seu Soberano. De nada adiantará tentar fazer conchavos com um mandatário e, portanto, haverá menos cabalas do que nos outros tribunais.

Na Câmara Imperial de Spire esses conchavos não impediram que os julgamentos fossem equânimes porque a maioria das Partes prefere a equidade nos julgamentos e os juízes estão cientes de que seus julgamentos e dos processos atuais deverão servir de base para julgar os processos futuros.

Os processos naquela Câmara eram resolvidos; e mais importante, eram resolvidos sem Guerra (SAINT-PIERRE, 2003, p. 259).

Nessas condições é possível detectar uma relação hierárquica entre dois soberanos. Mas, vale ressaltar que essa relação não se reduz, exclusivamente, entre dois membros confederativos. O que se destaca é uma relação entre a soberania confederativa sobrepondo a soberania estatal.

É certo que ele pode dizer, com o mesmo fundamento do Czar, que, se concordasse com um Tratado de Arbitragem permanente, criaria para si mesmo um impedimento a invadir a propriedade alheia, e que tendo árbitros acima de si seria obrigado a obedecer-lhes, ele que não obedece a ninguém; numa palavra, dessa forma se colocaria em tutela, em curatela, ele que não necessita nem de tutor nem de curador (SAINT-PIERRE, 2003, p. 511).

Nesses termos, mesmo que o principal objetivo do arbítrio confederativo atue, prioritariamente, na esfera internacional, é relevante considerarmos a possibilidade de atuação desse arbítrio na conjuntura interna de cada Estado confederado.

O fato é que a simples alegação de que o contexto político e social de um Estado esteja ameaçando a integridade da paz confederativa justificará a atuação desse soberano confederativo. Em outros termos, o soberano confederativo goza de amplos poderes para realizar intervenções na realidade interna de cada Estado, desde que as julgue necessárias para a manutenção da ordem internacional.

O princípio de não intervenção nos assuntos internos dos Estados – que constituem seu domínio reservado –, consagrado pelo Direito dos Tratados e pelas Cartas constitutivas das organizações internacionais contemporâneas, não encontra guarida na argumentação de Saint-Pierre. Para ele, a distinção entre guerra civil e internacional não é pertinente, pois ambas atentam contra a ordem monárquica e contra os direitos fundamentais dos homens. Portanto, devem ser combatidas

com a mesma intensidade. Trata-se, evidentemente, da possibilidade de impor a paz mesmo que seja contra a vontade dos beligerantes. (SEITENFUS, 2003, p. XXIX)

Em suma, ao contrário do sistema de guerra que, por vezes, promove ônus ao Estado e consequentemente, destitui soberanos, ao participarem de um sistema confederativo cada integrante da confederação garantirá a permanência dos seus poderes. O fato é que eles compõem um arbítrio confederativo capaz de mediar os possíveis conflitos que haveria entre as casas soberanas. Mas, segundo Saint-Pierre, a presença desse arbítrio não significará a eliminação dos poderes soberanos.

Em todo caso, segundo a ótica de Bodin, Hobbes e Rousseau, nos moldes como é apresentado o soberano confederativo ocorre um atentado contra os direitos da soberania estatal. Isto é, naquilo que se refere à comunidade internacional, mesmo que seja instituída um arbítrio confederativo e que, a princípio, pareça ser legítimo, a luz desses pensadores, perceberemos que essa legitimidade se torna nula.

Em geral, fundamentado em argumentos desses pensadores é possível evidenciar que um soberano de caráter supranacional fere os princípios de liberdade e autonomia do ato de soberania.

Para tanto, iniciaremos nossa reflexão mediante o prisma de Jean Bodin. Ao discorrer a respeito do conceito de soberania, no livro primeiro da obra *Os seis livros da República*, Bodin deixa claro que em nenhuma hipótese o soberano deve se sujeitar às forças externas. Essa concepção fica evidente na seguinte afirmação:

Ora, é preciso que aqueles que são soberanos não estejam de forma alguma sujeitos aos comandos de outrem e que possam dar a lei aos súditos e cassar ou anular as leis inúteis para fazer outras, o que não pode fazer aquele que está sujeito às leis ou aos que têm comando sobre ele (BODIN, 2011, p. 206).

Para o filósofo, é inerente à soberania o uso perpétuo e absoluto do poder. Todavia, as condições estabelecidas por Saint-Pierre, sendo que de um lado temos o soberano estatal, do outro, o arbítrio confederativo, caracteriza uma relação de subserviência entre esferas de poder. Porém, o modo como constitui esse tipo de relação, contrapõe ao conceito proposto por Bodin, sobretudo, naquilo que se refere à ideia de poder absoluto do soberano.

Pode-se afirmar que uma defesa semelhante em favor da integridade do poder soberano é encontrada na teoria política de Thomas Hobbes.

No entanto, antes de prosseguirmos nossa argumentação, poderíamos supor a seguinte reflexão. Se o soberano é aquele que possui o poder absoluto, a ele tudo é permitido, sobretudo, quando houvesse o entendimento que determinado ato objetivasse o benefício da república. Sendo assim, poderíamos afirmar que em virtude de ser detentor de um poder ilimitado, o soberano, quando bem lhe convier, poderá nomear representantes do seu poder.

De fato, o argumento parece válido posto que a princípio encontra fundamento na filosofia política de Hobbes. Segundo Hobbes: “E em todas as repúblicas o soberano é o representante absoluto de todos os seus súditos, portanto nenhum outro pode ser representante de nenhuma parte deles, a não ser na medida em que ele o permita” (HOBBS, 2003, p.191).

Nessa afirmação, a proposta de Saint-Pierre torna-se claramente legítima, pois a instituição do arbítrio confederativo parte de um livre consentimento dos soberanos, ação essa que legitima a criação dessa soberania supranacional que é composta por deputados representantes dos seus respectivos soberanos. Por conseguinte, isso não configuraria uma restrição de si mesmo.

Porém, ainda com base em Hobbes, instituir um arbítrio confederativo atenta não só contra o caráter absoluto desse poder, mas sobretudo, fere cláusulas contratuais. Isso porque, seria uma agressão aos direitos essenciais da soberania.

E porque, se os direitos essenciais da soberania forem retirados, a república fica por isso dissolvida, e cada homem volta à condição e calamidade de uma guerra com os outros homens (que é o maior mal que pode acontecer nesta vida) faz parte do cargo do soberano manter esses direitos na sua integridade, e conseqüentemente é contra o seu dever, em primeiro lugar, transferir para outro ou abdicar de qualquer um deles (HOBBS, 2003, p. 283).

Para Hobbes é notório que subtrair os direitos naturais da soberania implica na não existência da república. Consequentemente, para que a integridade desses direitos não seja comprometida é pressuposto que não haja por parte dos soberanos nem a abdicação, nem a transferência deles.

Hobbes amplia nossa compreensão a respeito dessa impossibilidade de um soberano conceber um soberano a si mesmo à medida que destacamos a importância do sexto e o nono direito.

Em linhas gerais, o sexto direito afirma que somente ao soberano cabe a decisão de quais princípios são favoráveis ou contrários à paz; por conseguinte, o nono direito assegura ao soberano a capacidade de realizar guerra e paz quando bem lhe convier, pois a ele cabe definir em qual momento cada um desses estados traria benefícios à sociedade.

Por esses motivos, não se deve limitar o raio de atuação do poder soberano, mesmo que isso seja em favor da elaboração de uma comunidade internacional que vise a paz perpétua entre seus membros. Na realidade, Hobbes acredita que as definições do destino do Estado, seja no âmbito interno ou externo à suas fronteiras, são exclusivas do soberano.

Pois aquele que desampara os meios desampara os fins, e desampara os meios aquele que, sendo o soberano, reconhece estar sujeito às leis civis e renuncia ao poder da judicatura suprema, ou ao poder de fazer a paz e a guerra por sua própria autoridade, ou de julgar as necessidades da república, ou de arrecadar impostos e recrutar soldados, quando e na medida em que, segundo a sua própria consciência, lhe parecer necessário, ou de nomear funcionários e ministros quer da guerra quer da paz, ou de nomear professores e de examinar que doutrinas são conformes ou contrárias à defesa, paz e bem do povo (HOBBS, 2003, p. 283).

A partir dessa compreensão é notório que o poder do soberano é ilimitado e a ele não cabe sobreposição. Se houver limites, a soberania não é plena, conduzindo a uma descaracterização dessa figura.

Por conseguinte, podemos afirmar que em certos aspectos, considerando as devidas singularidades, percebemos a existência de uma convergência entre Thomas Hobbes e Jean-Jacque Rousseau, pois, esse último, também, remete a ideia de que o pacto social institui os direitos irrevogáveis do soberano.

Vale recordar que para Rousseau o soberano é o povo. Sendo assim, o ato de soberania é uma definição proposta pelo corpo de cidadãos de um Estado. Logo, na perspectiva do filósofo genebrino, a nação reconhece enquanto legítima, apenas, aquelas leis que foram concebidas em um ato de soberania, isto é, aquilo que Rousseau denomina de vontade geral. Logo, diferente de Hobbes que defende o direito essencial do soberano, o filósofo genebrino afirma: “Assim como a natureza dá a cada homem poder absoluto sobre todos os seus membros, o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e é esse mesmo poder que, dirigido pela vontade geral, ganha, como já disse, o nome de soberania” (ROUSSEAU, 1997, p. 187).

Deve-se salientar que para Jean-Jacques Rousseau a noção de vontade geral só se configura como tal em um contexto social específico, logo em relação a outras sociedades, essa vontade geral torna-se vontade particular. A esse respeito, Rousseau elabora observações no *Tratados Sobre a Economia Política*. Ele afirma:

A influência de todas essas associações formais ou tácitas causa, pelo efeito da sua vontade, diferentes modificações da vontade coletiva. A vontade dessas sociedades particulares tem sempre duas vertentes; para os membros da associação é uma vontade geral; para a sociedade mais ampla, a vontade particular (ROUSSEAU, 2003, p. 8).

Sendo assim, na perspectiva de Rousseau, a coexistência entre essas múltiplas expressões de soberania está passível de inúmeras dificuldades.

Contudo, nesse momento, o que nos interessa é destacarmos duas delas. A primeira dificuldade é motivada pela complexidade de se conciliar esses múltiplos interesses particulares. Ou seja, o problema, então, é transformar estas vontades particulares dos soberanos em vontade geral da confederação.

Mediante essa afirmativa, podemos considerar que a primeira tentativa de coexistência pacífica encontraria seus limites entre as sanções estabelecidas pela assembleia geral confederativa e as legislações específicas de cada país criadas pela assembleia popular.

Por conseguinte, a segunda dificuldade encontra-se no fato de cada soberania instituir uma figura que lhe sobreponha e além disso, transferir as qualidades que lhe são próprias. Ele afirma: “primeiramente, a autoridade suprema, assim como não pode alienar-se, também não pode modificar-se; limitá-la é destruí-la. É absurdo e contraditório que o soberano dê a si mesmo um superior; obrigar-se a obedecer a um senhor é entregar-se em plena liberdade” (ROUSSEAU, 1997, p192).

Antecipando essas possíveis dificuldades, a solução foi apresentada por Saint-Pierre. Vale lembrar que de acordo com o abade, enquanto membros dessa sociedade, cada soberano deve eleger um deputado representante para compor a assembleia confederativa que tem o poder de análise e julgamento das ações realizadas pelos seus membros.

Entretanto, mesmo nas condições propostas por Saint-Pierre, os argumentos de Rousseau são, totalmente, discordantes. Segundo o filósofo genebrino “(...) a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano,

que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade” (ROUSSEAU, 1997, p.86).

O fato é que para o filósofo genebrino o soberano não pode nomear nenhuma autoridade capaz de representá-lo, posto que não pode submeter o seu arbítrio às decisões de outrem. Nesse caso, os deputados – na ótica de Saint-Pierre, representantes dos soberanos – seriam apenas os mensageiros dos desígnios do ato de soberania.

A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não pode ser representa. É ela mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente (ROUSSEAU, 1997, p187).

Nessa perspectiva, enquanto funcionário do soberano, não cabe ao deputado atentar contra àquele em nome do qual ele exerce o poder. Logo, os deputados teriam por objetivo primeiro não os interesses da confederação, mas sobretudo, defender a liberdade e autonomia de cada soberano, o que significa a manutenção da integridade desse poder. E essa, por sua vez, está fundamentada nas cláusulas do pacto social.

Mas o corpo político ou o soberano, não existindo senão pela integridade do contrato, não pode obrigar-se, mesmo com outrem, a nada que derogue esse ato primitivo, como alienar uma parte de si mesmo ou submeter-se a um outro soberano. Violar o ato pelo qual existe destruir-se, e o que nada é nada produz (ROUSSEAU, 1997, p74).

Mediante a ótica de Jean-Jacques Rousseau, está claro que o modelo deliberativo do sistema confederativo tal como almejou Saint-Pierre, é impraticável.

Contudo, somos mais uma vez, obrigados a retomar a afirmação elaborada no início desse capítulo. Se Rousseau percebe a predominância de soberanias degeneradas a de se considerar o ingresso do soberano, por meio da articulação de um príncipe, no sistema confederativo. No entanto, o impasse dessa circunstância começa a imergir à medida que um novo príncipe descida não participar da sociedade confederativa. Nesses casos o que ocorre?

Compreendemos anteriormente, segundo a ótica de Hobbes e Rousseau, que os indivíduos, mediante o pacto social, são co-fundadores do estado civil. Contudo, não cabe a eles romper com essa associação instituída pelo livre consentimento. Caso

contrário, os indivíduos seriam “forçados a ser livres” e subjugados a retornar para condição natural, responsáveis pela sua própria proteção. Na confederação, tal proposição é absurda.

Tal como propôs Saint-Pierre, no “contrato confederativo”, os membros poderiam utilizar o uso legítimo da força para obrigar o confederado dissidente a permanecer nesse sistema, mesmo que essa ação seja contrária a vontade soberana vislumbrada tanto por Rousseau quanto por Hobbes. Mais uma vez, esse panorama caracteriza a subtração da autonomia exercida pelos soberanos.

Em suma, compreendemos ao longo desse capítulo que para Saint-Pierre um dos princípios essenciais para composição da sociedade confederativa é a criação de um soberano de caráter supranacional capaz de mediar e inibir as ações dos membros dessa sociedade, tornando possível a coexistência pacífica a multiplicidade de interesses soberanos.

Entretanto, com base nos argumentos apresentados, não podemos negar que a criação de um soberano aos moldes como vislumbrou Saint-Pierre fere os princípios de autonomia e liberdade próprios da soberania, subtraído, consequentemente, o direito de uso do próprio poder. Assim sendo, o abade ao propor esse projeto desconsidera alguns aspectos fundamentais da soberania e sua função em um Estado.

Portanto, se por um lado a instauração de uma assembléia geral na Europa asseguraria a integridade do Estado e garantiria ao soberano os direitos de governo, por outro lado, a partir dos fundamentos teóricos desenvolvidos por Rousseau fica expresso a impossibilidade de concretização do modelo confederativo pretendido por Saint-Pierre, visto que cerceia os princípios básicos de autonomia soberana.

Sendo assim, não há como instituir um projeto confederativo, sem, no entanto, desrespeitar a singularidade dos contratos originários e consequentemente a supremacia dos soberanos.

### 3 DO ESTADO DE GUERRA E PAZ

Por certo que a partir do *Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abade de Saint-Pierre*, Jean-Jacques Rousseau trouxe luz aos possíveis problemas que residem no sistema confederativo elaborado pelo abade. Nessa obra, em análise dos agentes que possivelmente tornariam reais tal proposta confederativa, Rousseau não acredita que o projeto elaborado por Saint-Pierre seja passível de concretização. Contudo, vale lembrar que a perspectiva apontada pelo filósofo genebrino não contesta os benefícios atribuídos aos Estados cristãos europeus, caso fosse posto em prática.

O ceticismo de Rousseau com relação a concretização do projeto foi explicitado ao longo dos capítulos anteriores, o qual esteve fundamentado em dois eixos argumentativos. O primeiro deles, evidencia a dissonância entre os interesses dos príncipes e aqueles objetivados no projeto confederativo. Nesse caso, Rousseau evidencia que embora a finalidade em si do projeto confederativo – a paz – vislumbre um amplo benefício para os Estados confederados, tal objetivo contrapõe as ambições particulares dos príncipes governantes que entevem nos infortúnios da guerra meios para reafirmarem o centralismo do poder; por conseguinte, o segundo argumento, remete à questão da conservação dos direitos do soberano. Para o filósofo genebrino, a possibilidade de um contrato entre soberanos de modo a instituir um arbítrio confederativo fere o princípio de autonomia e liberdade intrínseca na figura de cada soberano.

Por conseguinte, o cumprimento desses estudos apontou para outros aspectos que ressaltam a incredulidade do filósofo genebrino naquilo que se refere ao *Projeto de Paz Perpétua* elaborado por Saint-Pierre.

Nesse caso, dando continuidade a nossa pesquisa, o terceiro e último capítulo tem por objetivo compreender a percepção do filósofo genebrino a respeito da relação entre os Estados frente a dinâmica do Sistema internacional<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Stanley Hoffmann (1991) apud Gonçalves Silva (2010) define sistema internacional como “um padrão de relações entre as unidades básicas da política mundial, caracterizado pelo alcance dos objetivos perseguidos por essas unidades e pelas tarefas efetuadas entre elas, assim como pelos meios empregados para lograr essas metas e efetuar essas tarefas. Esse padrão está em grande medida determinado pela estrutura do mundo, pela natureza das forças que operam através ou dentro das unidades principais e por capacidades, padrões de poder e cultura políticas dessas unidades”.

Segundo Raymond Aron (2002) apud Gonçalves Silva (2010), define sistema internacional como “um conjunto constituído por unidades políticas, que mantêm relações regulares entre si e são suscetíveis de entrar numa guerra geral”



Nossa investigação se justifica a medida que percebemos, mediante a ótica de Rousseau, que as tensões beligerantes são próprias das relações inter Estados. Vale lembrar que frente ao cenário internacional, cada Estado apresenta múltiplas e muitas vezes, necessidades divergentes. Isso ocorre em virtude da singularidade política, econômica e cultural que cada um deles tende a apresentar frente a esse modelo comunitário. Nesse sentido, pautado na ótica de Jean-Jacques Rousseau, podemos afirmar que a vontade geral no contexto internacional, não passa de uma vontade particular.

Sendo assim, como seria possível estabelecer relações entre os Estados sendo que possuem interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos? E caso seja possível estabelecer alguma conexão entre eles, qual seria o grau de coesão?

No intuito de responder a essas e outras questões, utilizamos como fio condutor para nosso estudo as seguintes obras: *O Estado de Guerra Nascido do Estado Social*; *Fragmentos sobre a Guerra*; *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*; *Extrato e Julgamento do Projeto de Paz Perpétua de Abade de Saint-Pierre*; *Princípios do direito da guerra e Do contrato social*

O ponto de partida para nossas reflexões encontra-se na seguinte afirmação da obra *Fragmentos sobre a Guerra*: “A guerra não é uma relação entre indivíduos, mas entre Estados, que só por acidente faz com que as pessoas se tornem inimigas, menos como cidadãos do que na condição de soldados” (ROUSSEAU, 2003, p. 66).

A partir do trecho citado, percebemos que ao refletir a respeito do cenário internacional, em primeiro lugar, é preciso compreender o modo como os indivíduos se identificam e promovem suas interações para posteriormente, compreendermos a dinâmica prevalecente entre os Estados, pois tal como adverte Felipe Kern Moreira:

Neste domínio não é errado afirmar que as sistematizações conceituais dos estudos de relações internacionais partem na realidade dos estudos da natureza do homem. As diferenças entre as assunções acerca do ‘homo lupus homini’ e o ‘bom selvagem’ conferem sentido às teorizações políticas (MOREIRA, 2007, p.8).

Sendo assim, para melhor entendermos a afirmativa de Rousseau, vale lembrar que segundo ele, a natureza humana é pacífica, conseqüentemente, desconhece os infortúnios da guerra.

O homem é naturalmente pacífico e medroso: diante do menor perigo, sua primeira reação é fugir. O que o leva à luta é só a força do hábito e a experiência. No seu estado natural, todas as paixões que o movem a desafiar os perigos e a morte – a honra, o interesse, o preconceito, a vingança – lhe são estranhas. Só ao ingressar na vida social, como outros homens, ele decide atacar, e só se torna um soldado depois que é cidadão (ROUSSEAU, 2003, p. 48).

A ideia de que os homens são pacíficos naturalmente, como afirmou Rousseau, não anula a existência de possíveis hostilidades entre os indivíduos, seja no estado de natureza bem como entre concidadãos, capazes de levar a morte aqueles que se enfrentam. Certamente, ele considera essa hipótese.

No entanto, no estado de natureza, os indivíduos por viverem apenas daquilo que a própria natureza os oferece, objetivando suprir suas necessidades fundamentais, se dispõe a atentar contra a vida de outrem, somente, com o intuito de autopreservação.

Sozinho, ocioso, e sempre próximo do perigo, o homem deve gostar de dormir e ter o sono leve como o dos animais que, pensando pouco, dormem, por assim dizer, todo o tempo em que não estão pensando. Sendo a própria conservação quase o seu único cuidado, suas faculdades mais exercitadas devem ser aquelas cujo objetivo principal é o ataque e a defesa, seja para subjugar sua presa, seja para evitar se a de outro animal; pelo contrário, os órgãos que só se aperfeiçoam pela indolência e pela sensualidade devem permanecer num estado de grosseria, que exclui nele qualquer espécie de delicadeza (ROUSSEAU, 2005, p. 172).

Contudo, é perceptível que o pensador genebrino não atribui à natureza humana os motivos pelos quais justificaria a guerra entre os Estados. Por conseguinte, é possível inferir que se os homens estão em condições beligerantes, é porque o Estado o determina e não porque exista uma predisposição natural dos indivíduos para conflitos. Assim, está claro que a condição de hostilidade é própria do homem civil.

Certamente, a natureza humana idealizada por Jean-Jacques Rousseau não corresponde a mesma percepção obtida por Thomas Hobbes ao vislumbrar uma natureza humana belicosa. Para Hobbes os princípios que conduzem os conflitos entre os indivíduos – seja no estado civil bem como, no estado de natureza – não são por eles ignorados. Sendo assim, os homens em estado de natureza encontram na competição desconfiança e glória, motivos para iniciarem as discórdias, o que por consequência, são os mesmos princípios que determinaram as ações dos corpos coletivos.

Porém, como evidencia Luiz Felipe Sahd, a lógica metodológica proposta pelo filósofo inglês o conduz a uma percepção degenerada daquilo que seria verdadeiramente a natureza humana. Ele afirma:

Em suma, o erro antropológico de Hobbes que evidencia a sua falsa psicologia das paixões e os falsos princípios filosóficos de seu individualismo, tem origem em seu método. Esse supõe o estado de guerra como um estado natural da espécie, sem compreender sua funesta inversão: tomar por causa o que é apenas o efeito. Essa inversão do pensamento, aliás, já havia sido condenada por Pufendorf, uma vez que provoca graves consequências no âmbito jurídico. A guerra, conclui Rousseau, não acontece entre os indivíduos, mas sim entre os Estados (SAHD, 2003, p. 122-123).

Ainda que idealizasse o estado de natureza como um constante campo de batalhas, assim como teorizou Hobbes ao refletir a respeito dos conflitos protagonizados pelos homens, o interesse investigativo de Rousseau volta-se, sobretudo, para àqueles conflitos ocorridos no estado social. O foco do seu estudo se justifica em virtude de acreditar que o pacto social é a chave para estabelecer uma relação harmoniosa e ordenada entre os indivíduos, pois a partir dele são definidas as leis que estabelecem os limites morais da ação dos cidadãos e é baseado nelas que as sanções exercem poder coercitivo sobre os cidadãos. Nos *Fragmentos sobre a Guerra*, Jean-Jacques Rousseau deixa claro essa preocupação:

Agora que o estado da natureza foi abolido entre nós, deixou de haver guerra entre indivíduos. Mesmo quando sofrem diretamente algum agravo, aqueles que agridem outras pessoas não são considerados inimigos, mas violadores da lei (ROUSSEAU, 2003, p. 64).

Nessa perspectiva, faz-se evidente que as leis são o modo como os indivíduos devem agir em um dado núcleo social. Isto é, elas normatizam o padrão comportamental dos membros de uma dada sociedade expressando o anseio de manterem uma coexistência na qual os interesses coletivos serão sobrepostos aos desejos particulares. No entanto, a singularidade das paixões, em alguns casos, subverte a ordem expressa em convívio social.

Porém, inseridos em um estado social, ações entre compatriotas que atentem uns contra a vida dos outros não são legítimas frente ao Estado. Isto porque, em primeiro lugar, não é dado por direito a nenhum cidadão ameaçar ou subtrair a vida de seus pares,

isso porque um dos principais objetivos do soberano é a conservação da ordem, harmonia e a vida dos seus membros.

No estado social onde a vida de todos os cidadãos está sujeita ao poder do soberano e onde ninguém tem o direito de dispor da sua nem da de outra pessoa, o estado de guerra não pode ocorrer entre indivíduos. Quanto aos duelos, desafios, acordos ou convites para a luta isolada, independentemente do fato de que representam um abuso ilegal e bárbaro do método militar de resolver um conflito, não provocam um autêntico estado de guerra, mas constituem um evento específico, limitado no tempo e no espaço, exigindo nova provocação para que ocorra um segundo combate (ROUSSEAU, 2003, p. 49).

Por conseguinte, baseado na perspectiva de Rousseau, tendo em vista que as ações manifestas pelos particulares, seja no estado natural bem como no social, configuram apenas um ato de hostilidade entre indivíduos, faz-se necessário distinguir tais atos daqueles que constatamos entre as potências<sup>5</sup>.

De acordo com Rousseau, a guerra pressupõe uma declaração formal e consentida entre as partes beligerantes e que atenta, prioritariamente, contra a estrutura essencial que as compõe. Além disso, ela é para o filósofo genebrino o ato de hostilidade em si protagonizado entre os Estados – no qual por interesse delas o espírito da barbárie é aflorado nos homens – mas suspenso as batalhas, os atores desse conflito imergem em uma condição latente de guerra, denominado por Rousseau de “estado de guerra”.

Assim, chamo de guerra entre potências o resultado de uma disposição clara, constante e recíproca de destruir o Estado inimigo, ou pelo menos de debilitá-lo por todos os meios possíveis. Quando essa disposição se transforma em ação, temos a guerra propriamente dita; na medida em que não se dá a transformação, temos apenas um “estado de guerra” (ROUSSEAU, 2003, p. 53).

Mas, embora as prerrogativas do *jus in bellum*<sup>6</sup> resguarde o direito de guerra e paz dos Estados soberanos, isso não lhes garante o direito de extinguir, gratuitamente, uma nação. Isto é, o direito de guerra e paz está fundamentado em uma clara determinação da extensão das ações realizadas entre as potências.

<sup>5</sup> Na obra *Contrato Social*, Rousseau define por *potência* o modo como os corpos políticos (Estados) devem ser entendidos quando comparados.

<sup>6</sup> Segundo Thales castro Jus in bellum significa o “direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados.

Sendo assim, um Estado quando declara guerra a outro não deve ter por objetivo aniquilar a vida de homens em batalha – pois eles são apenas os meios de se realizar uma guerra – porém, o seu intuito é a dissolução do dispositivo capaz de criar a pessoa pública: o pacto social. A esse respeito diz Rousseau, “é possível destruir um Estado sem matar um só dos seus cidadãos, e a guerra não confere nenhum direito que não seja necessário para o seu fim” (ROUSSEAU, 2003, p. 67). Empreender uma guerra é, portanto, a destruição do corpo político, isso não significa subtrair o máximo de vidas possíveis dos soldados inimigos.

Entretanto, as reflexões mais desatentas e menos profundas poderiam afirmar que são os indivíduos que em campo de batalha erguem espadas, apontam armas uns contra os outros ceifando vidas e conseqüentemente, constroem um verdadeiro cenário de barbárie humana. No entanto, os motivos da guerra são estranhos aos homens, o embate entre eles é visto apenas como um meio para se obter um fim.

Sendo assim, quase sempre, para os cidadãos os motivos que conduzem as potências ao estado belicoso não lhes parecem consistentes. O filósofo genebrino entende que na verdade, “mata-se para poder vencer, e não há homem bestial o bastante para buscar a vitória afim de matar” (ROUSSEAU, 2003, p. 63).

Com efeito, o fim pela qual a guerra foi promovida não repercute, essencialmente, em ganhos para os cidadãos, pois o seu resultado é indiferente a condição de vida a qual os cidadãos estão sujeitos, logo, os fins pelos quais os homens lutam são distintos daqueles pelos quais os Estados vislumbram vencer uma guerra.

Recorre-se às armas para resolver questões de força, riqueza ou prestígio, e esses temas terminam por se afastar de tal forma da vida dos cidadãos que esta nem melhora nem piora com a vitória ou a derrota do Estado que estão sujeitos (ROUSSEAU, 2003, p. 63).

Mediante os argumentos apresentados acima, entendemos que na ótica do filósofo genebrino, é inconcebível admitir a existência de uma espécie que deseje, naturalmente, a morte dos seus pares.

Por outro lado, se tomarmos como referência a natureza do homem hobbesiano teremos que creditar na pré-disposição dos homens os horrores da guerra vivenciada entre as potências. Nesse caso, encontraremos no núcleo teórico das Relações Internacionais, mais precisamente, na doutrina realista a defesa deste ponto de vista.

A partir dessa proposta é possível compreender a relação entre natureza humana e o modo como se dão as interações entre os Estados. Segundo Castro, a concepção realista parte do seguinte princípio:

O realismo é de linha ontológica e se fundamenta no conceito de percepção e de detecção da realidade como é e como se apresenta *de facto* aos sujeitos cognoscentes. O *Sein* se fundamenta também em como a natureza humana se correlaciona como esta realidade e se apresenta ao ser (CASTRO, 2012, p. 312).

Nessa perspectiva, própria do realismo clássico<sup>7</sup>, acredita-se que a lógica do poder, determinante nas relações entre indivíduos, sintetiza a dinâmica prevalecente no sistema internacional. Essa lógica explica que cada indivíduo tende a empreender sobre os demais um determinado poder. Por parte desse agente, espera-se encontrar domínio no raio de ação estabelecido por ele, nesse propósito, é possível identificar nele uma predisposição para auto-determinação bem com um princípio de auto-legitimação das ações.

Amparado nessa perspectiva, é possível compreender que os ímpetus de autopreservação e dominação, próprios da natureza humana, tal como afirmou Hobbes, manifestam-se não apenas entre os indivíduos, mas também, entre os Estados. Ou seja, enquanto sujeito social, o homem hobbesiano, mantém reprimido o seu instinto belicoso, por outro lado, em defesa do corpo coletivo – Leviatã – ao qual está integrado, faz despertar do seu íntimo a besta que outrora foi adormecida pelo pacto social.

A multidão que pode ser considerada suficiente para garantir a nossa segurança não pode ser definida por um número exato, mas apenas por comparação com o inimigo que tememos, e é suficiente quando a superioridade do inimigo não é de importância tão visível e manifesta que baste para determinar o desfecho da guerra, incitando-o ao ataque (HOBBS, 2003, p. 144).

A partir do panorama apresentado pelo realismo clássico, é possível compreender que a natureza humana é capaz de atuar tanto na esfera micropolítica, isto é, nas interações entre indivíduos, bem como, na dimensão macropolítica, ou seja, manifestando no sistema internacional.

---

<sup>7</sup> O realismo clássico é uma corrente teórica derivada da proposta realista e que encontra sua fundamentação ideológica tanto no mundo oriental quanto no mundo greco-romano. Os principais representantes dessas correntes são: Sun, Tzu, Tucídides, Tito Lívio, Maquiavel, Hobbes, e Richelieu. Para saber mais a respeito, pesquisar a obra *Teoria das Relações Internacionais* de Thales Castro

O realismo clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos. A segurança é bem público imaterial de relevante valor. Mais: é um patrimônio necessário à humanidade que remonta a antigos anseios das coletividades pré-estatais (pré-Westphalianas). Em Hobbes essa percepção é bastante clara tanto em sua obra *Leviatã*, quando de seus escritos em *De Cive*. Ainda com base em Hobbes, o realismo clássico, em razão da necessidade de sobrevivência e da autoajuda dos Estados, vai se fundamentar no primado do egoísmo ético – em oposição ao altruísmo ético da escola liberal (CASTRO, 2012, p.316).

Contudo, poderíamos contrapor a tese do realismo clássico negando essa estrutura ontológica que estabelece uma conexão entre natureza dos homens e corpo coletivo, refutando a concepção hobbesiana de que naturalmente os homens desejem a guerra de todos contra todos. No entanto, para afirmar esse antagonismo natural entre os Estados, Hobbes serve-se da fonte mais precisa que ele poderia obter: a própria realidade contemplada. Nessa hipótese, Thomas Hobbes apresenta a seguinte afirmativa:

Mas mesmo que jamais tivesse havido um tempo em que os indivíduos se encontrassem numa condição de guerra de todos contra todos, em todos os tempos os reis e as pessoas dotadas de autoridade soberana, por causa da sua independência, vivem em constante rivalidade e na condição e atitude dos gladiadores, com as armas assestadas, cada um de olhos fixos nos outros; isto é, os seus fortes, guarnições e canhões guardando as fronteiras dos seus reinos, e constantemente com espiões no território dos seus vizinhos, o que constitui uma atitude de guerra (HOBBS, 2003, p. 110).

Em suma, para o realismo clássico, aqueles princípios que outrora motivavam os distúrbios entre os indivíduos no estado natural, agora, revelam-se e adquirem novas proporções na figura do *Leviatã*. Isso significa que os conflitos, naturalmente vivenciados pelos homens na ausência de um Estado, tornam-se parte do sistema internacional em virtude da ausência de órgãos supranacionais, capazes de mediar e suprimir os possíveis desentendimentos entre as soberanias estatais.

Paradigmaticamente, os teóricos realistas clássicos defendem que o cenário internacional vive um estado latente de anarquia relativa, não no sentido de ausência de estrutura e regras ou caos completo, mas na

falta de um governo central, supranacional, capaz de correlacionar, eficazmente, as normas e instituições internacionais (CASTRO, 2012, p. 318).

É essa suposta anarquia, constatada pelos realistas clássicos, que o abade de Saint-Pierre pretende superar ao propor o projeto confederativo. Nesse propósito, ele apresenta um mecanismo de caráter supranacional que atue juridicamente estabelecendo a ordem no sistema internacional. Ao longo de sua exposição Saint-Pierre realiza a seguinte afirmação:

(...) Até agora, no entanto, os Soberanos não formaram entre si uma Sociedade permanente e suficiente forte. Em verdade, alguns formaram sociedades mediante Tratados de Ligas, ou Alianças. Mas como esses Tratados nada têm de sólido, pois duram enquanto persiste a vontades dos aliados, estas Sociedades não são permanentes, como as treze soberanias suíças, ou as sete soberanias dos Países-Baixos; mas essas Sociedades não possuem sócios bastantes, não são suficientemente fortes.

Portanto, os Soberanos se vêem reduzidos à sorte da Guerra a fim de obter suas pretensões (...) (SAINT-PIERRE, 2003, p. 20).

A solução apresentada por Saint-Pierre, a priori parece solucionar essa realidade conturbada que determina as relações entre as potências. Com efeito, fundamentado no imediatismo das reflexões nossa percepção acusaria a proposta confederativa como o mecanismo eficaz para inibir possíveis conflitos entre os Estados. Sendo assim, a exemplo da ordem social estabelecida no seio dos Estados, em um entendimento simplista e desatento, poderíamos nos convencer que os princípios que regem e estruturam esses corpos políticos, constituem leis e impõem limites aos cidadãos, por conseguinte, equivaleriam no âmbito do sistema internacional.

Entretanto, a obviedade da resposta, evidenciaria nossa limitação no entendimento dos fatores constitutivos do sistema internacional.

Retomemos, portanto, os argumentos apresentados no segundo capítulo desse estudo. Em síntese, para Rousseau, os Estados soberanos preservam sua autonomia a partir da manutenção da vontade geral, isto significa que a instituição de instrumentos que interfiram na liberdade de auto-organização de uma sociedade, tente a alienar sua soberania. A esse respeito o filósofo genebrino defende que “as leis não são, propriamente, mais do que as condições da associação civil. O povo, submetido às leis, deve ser o seu autor. Só àqueles que se associam cabe regulamentar as condições da sociedade” (ROUSSEAU, 1996, p. 108).



Isto posto, percebemos, à luz desse pensador, que a qualquer momento, os tratados e acordos confederativos estão passíveis de terem uma ou todas as cláusulas rompidas em virtude de estarem sujeitas aos interesses das partes que o celebram.

De acordo com Rousseau, o erro do Saint-Pierre foi não perceber que o modo como Estados se comportam no contexto internacional está relacionado com a sua estrutura interna, por outro lado, o filósofo genebrino, admite que as relações entre Estados dependem necessariamente da forma como eles são estruturados internamente. Nesse caso, podemos afirmar que o abade entendeu que a dinâmica do projeto confederativo que visa a paz na Europa, estaria restrito ao âmbito das relações internacionais, sem, no entanto, interagir com as condições políticas inerentes aos Estados participantes.

Saint-Pierre situa a possibilidade de paz no plano das relações internacionais, considerando os Estados como entidades abstratas, no sentido de independentes de sua estrutura interna (BENEVIDES, 1998, p. 4).

Nesse panorama, as tentativas de coexistência pacífica encontrariam seus primeiros limites entre as sanções estabelecidas pela assembléia geral confederativa e as legislações específicas de cada Estado. No escrito de Rousseau, *O Estado de guerra nascido do Estado social*, torna-se evidente que os princípios legais internacionais sofrem de uma natural precariedade em virtude de não subtraírem os Estados dessa condição belicosa e conseqüentemente, ser incapaz de promover uma coesão entre eles.

Com respeito ao que chamamos habitualmente de direito internacional, não há dúvida de que as suas normas são meras ilusões, pois lhes falta qualquer sanção, sendo assim mais débeis do que o direito natural. Este último pelo menos penetra no coração dos indivíduos, enquanto as decisões do direito internacional, se outra garantida além da sua utilidade para a pessoa que a elas se submete, só são respeitadas na medida em que correspondem ao interesse dos afetados. Na condição mista em que nos encontramos, nada conseguiremos com qualquer sistema que nos seja preferível, atribuindo-lhe muito pouco valor, e ficaremos na pior situação de todas. O que, parece-me, é verdadeira origem dos desastres públicos (ROUSSEAU, 2003, p. 57).

No panorama teórico, descrito por Rousseau, fica evidente os limites legislativos que permeiam o projeto confederativo vislumbrado por Saint-Pierre e todos os outros

projetos de mesmo caráter. Sendo assim, os fundamentos jurídicos que determina o projeto do abade são insuficientes. A esse respeito ressalta Sahd:

Por outro lado, o ponto fraco do **Projeto de Paz Perpétua** reside, segundo o nosso autor, na fragilidade das bases filosóficas que sustentam as estruturas jurídicas do “bom abade”. Se ele tem razão em apontar os meios para humanizar os conflitos armados ao sublinhar que a razão e a sensibilidade – *ele pensa no jus in bello* – devem se unir no reconhecimento das exigências normativas impostas à dignidade do homem; ele tem mais razão ainda quando afirma que a “moral da lei”, que deve reger as relações de beligerância, exige uma declaração formal do ato de guerra; [...] Embora tendo razão nisso tudo, o erro do abade é duplo; é ingenuidade sua acreditar que a vontade dos Estados tende à paz; ocorre o contrário com o corpo artificial ao se comparar aos outros [...]. O erro mais grave, porém, está na confiança incondicional depositada pelo abade de Saint-Pierre na virtude do racionalismo político e jurídico (SAHD, 2003, p. 24).

Sendo assim, distintamente da formação da ordem civil, a qual surge com um pacto social iniciado espontaneamente pelos indivíduos e que por conseguinte, instituem um soberano, o sistema internacional exige suas próprias regras.

Os argumentos apresentados por Rousseau, justificam-se à medida que entendemos o Estado como um sujeito moral autônomo com necessidade constante de desenvolvimento.

Quando inserido no âmbito das relações internacionais esse sujeito moral, se projeta de modo dinâmico com o intuito de manter sua sobrevivência frente aos outros sujeitos morais. Nessa perspectiva, ele mantém uma relação comparativa aos demais sujeitos morais e sobretudo, de fortalecimento da soberania Estatal, para tanto, existe uma preocupação dos Estados em fortalecer e sobretudo, aumentar suas extensões geográficas, à medida que a dimensão das suas limitações só são mensuráveis se comparadas a outras potências:

Quanto ao Estado, porém, como é artificial não tem mediada fixa, seu tamanho é indefinido; pode sempre tornar-se maior; e sente-se fraco enquanto há outros mais fortes. Sua preservação e segurança exigem que se torne mais forte do que os vizinhos. Não pode aumentar ou mesmo exercer a sua força senão à custa dos outros. Embora não tenha necessidade de buscar provisões além das suas fronteiras, procura sem cessar novos membros para adquirir uma situação inexpugnável. A desigualdade dos homens tem limites impostos pela natureza, mas a desigualdade das sociedades pode aumentar incessantemente, até que uma delas absorva todas as outras (ROUSSEAU, 2003, p. 51).

A partir desse ponto, mediante a ótica de Rousseau, percebemos que a vida em sociedade é paradoxal. De um lado, a ordem social, no plano doméstico, do outro lado, o estado de natureza, no plano internacional. É clara a fragilidade estabelecida nas relações entre Estados posto que a expansão e fortalecimento de uns pressupõe o enfraquecimento e desaparecimento de outros. Ou seja, para que um Estado garanta a própria autonomia e fortaleça seu poder, faz-se necessário, em muitos casos, declarar guerra às demais potências.

Nessa perspectiva, as leis internacionais são imaturas, pois, favorecem apenas os interesses de uma minoria, podendo até legitimar a violência.

Sendo assim, devemos supor que os conflitos armados entre Estados sejam uma condição *perene*. No entanto, a própria história nos revela que nem sempre isso ocorre.

Há momentos que se revezam entre a guerra propriamente dita, a hostilidade nos campos de batalha, e uma suposta paz. Como afirma Rousseau: “quanto aos tratados que incorporam alguns desses meios, pode-se indagar em que consiste basicamente uma paz deste tipo senão em uma guerra sustentada com ainda maior crueldade já que o inimigo perde o direito de se defender” (ROUSSEAU, 2003, p. 53).

Mediante o trecho proposto acima podemos entender que os tratados objetivam, em vão, estabelecer obrigações e garantir direitos dos Estados, no entanto, funcionam como um atenuante em tempos de guerra, pois não existe em seu cerne força coercitiva que contenha o ímpeto dos Estados de sobrepor uns aos outros.

Essas diferenças dão lugar a algumas distinções entre os termos. Quando se está reciprocamente em exercício por contínuas hostilidades, é propriamente o que se chama fazer a guerra. Ao contrário, quando dois inimigos declarados permanecem tranquilos e não realizam um contra o outro nenhum ato ofensivo, sua relação não muda por isso, mas, enquanto não tiver nenhum efeito atual, chama-se somente estado de guerra (ROUSSEAU, 2011, p. 157).

É fácil perceber que segundo a ótica do filósofo genebrino, o contexto em que os Estados estão imersos distancia daquele descrito por ele ao referir-se a condição natural humana: uma ordem pacífica entre os homens. Ao contrário disso, podemos afirmar que o comportamento estabelecido entre as potências é comparável a perspectiva de Hobbes

ao definir que o homem em condições naturais, ou seja, na ausência de instituições sociais, se encontram num estágio permanente de guerra, reinando a lei do mais forte.

Mediante a ótica hobbesiana, as intenções e não propriamente o ato em si dos indivíduos já configuram uma situação de guerra entre eles.

Com isto torna-se manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los todos em temor respeitoso, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a Guerra não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. [...] a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é paz (HOBBES, 2003, p.109).

Hobbes e Rousseau parecem apontar para um aspecto em comum ao definirem a extensão daquilo que podemos definir por guerra. Ambos parecem concordar que inseridos em uma condição de tensões e incertezas os indivíduos – e no âmbito das relações internacionais os Estados - encontram-se em uma condição que denominamos estado de guerra.

Essa percepção do cenário internacional, apontada tanto por Hobbes quanto por Rousseau, convergem para o núcleo teórico do realismo neoclássico. O primeiro entrevê que os Estados em manutenção da sua própria integridade armam-se e em seguida, instituem guerras. O segundo por sua vez, vislumbra um cenário de constantes conflitos em virtude do próprio movimento expansionista inerente aos Estados.

No plano da manutenção e defesa da integridade territorial – máxima do realismo neoclássico – do Estado contra o inimigo externo, é fundamental entabular forças armadas, especialmente, de pronto emprego para defesa e/ou ataque estratégicos. As forças armadas de um Estado em condições de vulnerabilidade e de cobiça internacionais devem exercer papel importante na análise global de longo curso de seus objetivos geopolíticos (CASTRO, 2012, p. 324).

Em linhas gerais, os argumentos apresentados evidenciaram que tanto Thomas Hobbes quanto Jean-Jacques Rousseau, perceberam a sutileza que envolve a condição beligerante inerente aos Estados: o primeiro a encontra na própria natureza humana as causas que conduzem os corpos coletivos a se entenderem como inimigos em potenciais instituindo entre eles uma condição permanente de guerra; Rousseau, por sua vez,

acredita que o estado de guerra é próprio dos Estados. Nesse caso, o filósofo genebrino isenta a natureza humana de ser responsável pelos conflitos protagonizados entre as potências, por outro lado, atribuía aos próprios interesses dessas pessoas públicas os motivos desses antagonismos. Sendo assim, os indivíduos não são a ameaça de si mesmos, na realidade, são os próprios Estados que se encontram em condições incertas de coexistência.

Embora apresentem divergências no modo como pensam a relação entre a natureza dos homens e o modo como elas se projetam no corpo coletivo, ao tratarem da noção de guerra e paz entre as potências, Hobbes e Rousseau, apresentam pontos de convergência. O primeiro aspecto refere-se à própria noção de guerra. Ambos estendem essa percepção para além do ato de hostilidade que os Estados estabelecem entre si. Em segundo plano, vislumbram nas próprias disposições para os conflitos, isto é, nas próprias tensões geradas pela incerteza de possíveis conflitos aquilo que denominam por “estado de guerra”.

A solução para subtrair os Estados dessa condição beligerante, inerente ao sistema internacional, encontra-se em uma proposta apresentada pelo abade de Saint-Pierre. Basta a adesão dos soberanos ao projeto confederativo e, ao contrário daquilo que poderia oferecer os tratados e acordos de paz - uma frágil noção de ordem e harmonia entre os Estados- a singularidade do projeto teria meios de manter sólido o seu principal objetivo: a paz. O fato de os soberanos estarem mediados por um conjunto de regras internacionais e, além disso, submetidos a um órgão supranacional, capaz de regular os anseios das partes reunidas, garante a solidez dos objetivos pretendidos pela confederação. Por esses motivos o projeto confederativo teria êxito.

Por outro lado, ordens sociais semelhantes àquelas sugeridas por Saint-Pierre são desacreditadas por Rousseau. O fato é que os princípios do direito político que regem a ordem civil estabelecem distinções daqueles expressos na esfera internacional. Isto é, os princípios que tornam legítima a ordem social de cada Estado não podem ser empreendidos no sistema internacional.

Sendo assim, na ótica Jean-Jacques Rousseau, percebemos que a guerra é algo eminente nas relações entre Estados e mesmo em momentos estanques, estabelecidos pelos tratados, ela se faz presente.

Percebemos, então, segundo a perspectiva de Rousseau, que entre Estados não existe nenhum contrato que os subtraíam dessa condição natural beligerante a que eles se encontram. Logo, entre eles existe uma mútua condição de ameaça e permanente

estado de guerra, podendo ser uma ameaça para os próprios Estados e consequentemente, aos cidadãos que dele fazem parte.

Em suma, embora divergentes, naquilo que se referem à natureza humana, as perspectivas teóricas de Hobbes e Rousseau aproximam-se ao constatarem que os Estados vivenciam uma condição natural e permanente de tensões beligerantes, condições essas que determinam a dinâmica do sistema internacional. Para ambos, os corpos coletivos, frente ao contexto internacional, gravitam em torno dos seus próprios interesses, nesse caso, a ordem do sistema internacional não está fundamentada na equidade da balança de poder, por outro lado, o que norteia as potências nesse sistema é a luta pela hegemonia de poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de paz perpétua do abade de Saint-Pierre tem por objetivo demonstrar que é possível a criação de uma instituição que visa a coesão sócio-político-cultural, fazendo dos Estados europeus um centro de identidade unificada. Consequentemente, o tratado institui a criação de uma estrutura que legitima uma política universal e niveladora. Mesmo que não tenha sido colocado em prática, é visto como um balizador de propostas que julguem os critérios universais de sociabilidade. Nesse sentido, a essência do projeto de paz de Saint-Pierre permeia entre os moldes de várias instituições internacionais contemporâneas que se propõem a solucionar diplomaticamente as divergências existentes entre os Estados.

Contudo, ao analisar a proposta de paz perpétua, Jean-Jacques Rousseau introduz a seguinte dúvida com relação a realização das pretensões confederativas: será que a instituição de uma confederação entre os Estados europeus, que visa uma coexistência econômica, política e cultural é garantia para realização de uma comunidade internacional perpétua e pacifista?

O veredicto é expresso no *Julgamento* que ele faz da obra do abade e certamente, o ceticismo apresentado na conclusão desse julgamento é melhor compreendido em conformidade com os conceitos desenvolvidos nas demais obras.

Segundo Rousseau, os impeditivos dessa coesão de Estados encontram-se, fundamentalmente, em três fatores: o primeiro deles remete à ingenuidade do próprio Saint-Pierre, visto que ele acredita num movimento espontâneo de adesão dos governantes aquilo que pretende ser a esperança de paz entre os Estados católicos europeus; o segundo, por conseguinte, afirma que o projeto representa a subtração da liberdade e autonomia de cada soberano que dele participe; o terceiro, assenta na própria natureza beligerante dos Estados que os impede de estabelecerem uma coexistência verdadeiramente pacífica no cenário internacional.

Contudo, as conclusões obtidas por Rousseau são frutos de intensos debates entre seus estudiosos. A percepção de Ricardo Seitenfus sintetiza os motivos daquilo que seria o fruto das discussões que envolvem o *Extra e Julgamento* de Rousseau: “Jean-Jacques Rousseau ao redigir, em 1761, uma análise interpretativa que, em muitos aspectos, deforma as ideias originais reconduz o Projeto à frente dos debates sobre o

pacifismo (...)” (SEITENFUS, 2003, p. XXIII). Em uma segunda passagem Seitenfus deixa mais evidente o possível erro do filósofo: “O Projeto não deve ser interpretado como o fez Rousseau, que o considerava excelente, entretanto impossível” (SEITENFUS, 2003, p. XXXIII). Para Seitenfus o *Projeto de Paz* deve ser percebido, acima de tudo, em sua singularidade histórica o que, possivelmente, facilitaria a percepção do seu leitor: “O Projeto inscreve-se num momento histórico determinado e somente pode ser avaliado em seu contexto temporal” (SEITENFUS, 2003, p. XXXIII).

Muito embora, as conclusões de Rousseau acerca da obra do abade estejam passíveis de detidas discussões entre os comentadores, isso apenas nos evidencia, o quanto as reflexões desse filósofo são importantes. Além disso, é mediante o olhar desses estudiosos que podemos afirmar o quanto pungente e atual são as teorias do filósofo genebrino. Sendo assim, é em congruência com essas reflexões que podemos compreender aspectos fundamentais dos antagonismos geopolíticos presentes no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a reflexão roussoneana demonstra que a realização de acordos, tratados e projetos confederativos revelam as desigualdades entre os Estados as quais tendem, inversamente ao que se pretende, acentuar, inevitavelmente, as contradições entre as partes envolvidas. Instaurar a paz em um mundo onde as desigualdades são inerentes pressupõe uma instituição amparada por normas e regras independentes e acima dos interesses particulares de cada Estado, por conseguinte, estar subjugados a essas leis subtrai dos soberanos a liberdade de escolhas que os impeçam de infringir tais leis em virtude dos próprios benefícios.

Em virtude de tais consequências, acreditar que os Estados soberanos, tal como propôs o abade de Saint-Pierre, abstenham-se da autonomia de decisão em prol de uma coletividade objetivando o bem comum das diversas nações, não seria fator motivador para realização de possíveis políticas de paz.

Entretanto, ao apresentar sua perspectiva, Rousseau não decretou que estamos eternamente lançados à barbárie. Mas, o recurso apresentado por ele para instituir a paz afasta-se dos recursos diplomáticos que insistentemente os homens tentam criar, tal como elaborou Saint-Pierre. Ao contrário disso, o mecanismo apresentado por ele é um paradoxo frente às ideias pacifistas. Nesse tocante, o que se pode esperar, segundo ele, fundamenta-se pela força. “Em outras palavras, embora admiremos um projeto tão belo, devemos consolar-nos do seu fracasso pensando que só poderia ser implantado com os meios violentos que a humanidade precisa abandonar” (ROUSSEAU, 2003, p. 66).



Em suma, vale advertir que nosso trabalho não teve o propósito de findar as especulações a respeito do tema aqui pesquisado, mas apresentar os caminhos até então percorridos pelos inúmeros estudiosos desse tema, evidenciando os pontos divergentes e convergentes nas obras de Jean-Jacques Rousseau e do abade de Saint-Pierre. Além disso, ressaltar que os conceitos políticos desenvolvidos nas mais diversas obras do filósofo genebrino em convergência com o *Projeto de Paz Perpétua*, são de fundamental importância, pois nos auxiliam no processo reflexivo acerca do cenário político e social presente no nosso mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES:

BODIN, Jean. *Os seus livros da República – Livro Primeiro*. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Icone, 2011. Coleção Fundamentos do Direito

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. 2000

GROTIUS, Hugo. *Le droit de la guerre et de la paix*. Trad. Babeyrac. Amsterdam: 1724, Reimpression. Université de Caen; Centre e philosophie politique et juridique, 1984.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. In: TUCK, Richard (Org.); Trad. João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner, revisão da tradução Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Clássicos Cambridge de filosofia política.

KANT, Imanuel. *Para a paz perpétua*. Galiza: IGESIP, 2006.

MACHIAVELLI, Niccolo. *O Príncipe*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social: princípios de direito político*. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Hatier, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Princípios do direito da guerra. Trad. Evaldo Becker. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 34, n 1, p. 149-172, 2011.

SAINT-PIERRE, Charles Irinée Castel. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Brasília: UNB, 2003.

**GERAL:**

ALMEIDA JUNIOR, José Benedito de. *Como ler Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Paulus, 2013. Coleção Como ler Filosofia

ALMEIDA JUNIOR, José Benedito de. *Educação e política em Jean-Jacques Rousseau*. Uberlândia, EDUFU, 2009.

ALVES, João Lopes. *Da guerra e Paz como questão filosófica (Rousseau, Kant, Hegel)*. Philosophica, 30, Lisboa, 2007, pp.27-60.

BACHOFEN, Blaise. *La condition de la liberte: Rousseau, critique des raisons politiques*. Paris: Payot & Rivages, 2002.

BARROS, Alberto Ribeiro. *A teoria da soberania de Jean Bodin*. São Paulo: Unimarco Editora, 2001.

BECKER, Evaldo. Rousseau e as relações internacionais na modernidade. *Caderno de Ética e filosofia Política*. USP. v.16, p.13-32, 1/2010.

BECKER, Evaldo. Apresentação dos princípios do direito da guerra e dos fragmentos sobre a guerra de Rousseau. *Trans/Form/Ação*, Marília, v.34, n.1, p.149-172, 2011.

BECKER, Evaldo. *Rousseau e os Escritos sobre a Paz Perpétua, do Abade de Saint-Pierre: críticas e aproximações*. Brasília: FUNAG, p.77-96, 2013.

BENEVIDES, Maria Victória. Guerra e paz em Rousseau: Sobre o projeto de paz perpétua. *Internacional d`Humanitats*, v. 4, n.1, 1998.

BOURGEOIS, Bernad. *La raison moderne et le droit politique*. Paris: J. Vrin, 2000.

CAMARGO, Sonia. A União Europeia: uma comunidade em Construção. *Brazilian Political Science Review*, v. 30, n.2, p. 467-522, 2008.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012

CHAUÍ, Marilena. Medo e Esperança. Guerra e Paz em Espinosa. In: *Espinosa & a filosofia*, círculo de leitura. PUC/Rio, 2009.

ESPINOZA, Augusto Bolivar; SAAVEDRA, Óscar Cuélla. La república legítima y el orden político em Rousseau: principios de composición e imagen del estado de equilibrio. *Revista de la Universidad Bolivariana de Chile*, v.7, n.20, p. 239-260, 2008.

FONSEJA JR. Gelson. *Rousseau e as relações internacionais*. Brasília: UNB/Imprensa Oficial, 2003.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GIANNOTTI, José Arthur. *Kant e o espaço da história universal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

GOYARD-FABRE, Simone. *Politique et philosophie dans l'oeuvre de Jean-Jacques Rousseau*. Paris: Presses universitaires de France, 2001.

GOLDSCHMIDT, Vitor. *Anthropologie et politique: les principes du système de Rousseau*. Paris: J. Vrin, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Márcio da Cunha. *Tratados Internacionais*. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

JACKSON, Robert H, SØRENSEN, George. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KAWAUCHE, Thomaz. Sobre a imagem rousseauiana da lei acima dos homens. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, v.31(2): 97-118, 2008.

MARQUES, José O. A. *Contrato e Confederação. Notas sobre o papel das relações internacionais no pensamento de Jean-Jacques Rousseau*. Artigo baseado na palestra apresentada no III Colóquio Rousseau, Salvador, 2009, p. 33.

MARTINS, Gelise Cristine Ponce. *Sobre o conceito cidadania. História, imagens e narrativas*, n 13, p. 1-19, 2011.

MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

MINGST, Karen A. *Princípios de relações internacionais*. Rio de Janeiro: Elservier, 2009.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: A liberal Intergovernmentalist Approach. *Journal of common Market Studies*, v 31, n 4, p. 474-524, dezembro/1993.

MOREIRA, Felipe Kern. *Paroxismo da Modernidade e teoria das relações internacionais: linhas evolutivas*. In: *I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)*, p. 1-26, novembro/2007.

MONTEAGUDO, Ricardo. *Entre o direito e a história: a concepção do legislador em Rousseau*. São Paulo: Ed. Unesp. 2006.

PEREZ, Daniel Omar. *Ensaio de ética e política: Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Kant, Wittgenstein*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002.

RICHMOND, Oliver P. *The problem of peace understanding the liberal peace*. *Conflict, Security & Development*, v.3:6, p. 291-314, outubro/2010.

SAHD, Luiz Felipe de Andrade e Silva. Rousseau e a administração dos bens. *Trans/Form/Ação*, v. 26, n.1, p. 141-159, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. *Prefácio a Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Brasília: 2003.

SILVA, Guilherme A. GONÇALVES, Williams. *Dicionário de relações internacionais*. Barueri: Manole, 2010.

SILVA, Marcelo Lira. A natureza da guerra e as relações internacionais em Jen-Jacques Rousseau. *Aurora*, Marília, v. 7, p.39-62, 2013.

SOUSA, Fernando de. *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento/CESPE, 2005.

TERREL, Jean. *Les theories du pacte social: droit naturel, souveraineté et contrat de Bodin à Rousseau*. Paris: Éd. Du Seuil, 2001.

VIROLI, Maurizio. *Jean-Jacques Rousseau and the “well-ordered society”*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.